

INAC

**Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P.**

# **Relatório de Gestão 2006**

## **FICHA TÉCNICA**

### **TÍTULO**

Instituto Nacional de Aviação Civil, IP  
Relatório de Gestão de 2006

### **EDITOR**

INAC – Instituto Nacional de Aviação Civil, IP  
Rua B – Edifícios 4, 5, 6 e Santa Cruz  
Aeroporto de Lisboa – 1749-034 Lisboa  
Telef.: +351 218 423 500 / Fax.: +351 218 402 398 / e-mail: [inacgeral@inac.pt](mailto:inacgeral@inac.pt)  
[www.inac.pt](http://www.inac.pt)

### **COORDENAÇÃO TÉCNICA**

Rui Almeida / Carlos Nogueira

### **IMAGEM E GRAFISMO**

Departamento de Comunicação e Imagem

Periodicidade: Anual

Data da Edição: Março de 2007

## ÍNDICE

<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE</b>	<b>5</b>
<b>I – ASPECTOS GERAIS</b>	<b>9</b>
<b>1. Enquadramento Macroeconómico</b>	<b>9</b>
1.1 Actividade Económica Internacional	9
1.2 Actividade Económica em Portugal	10
1.3 No Sector da Aviação Internacional	11
1.4 No Sector da Aviação em Portugal	12
- Tráfego Aéreo	12
- Infra-estruturas Aeronáuticas	14
- Aeronaves	15
- Empresas Certificadas	15
- Profissionais e Qualificações	16
- Segurança	16
<b>2. Enquadramento Legal e Institucional</b>	<b>17</b>
<b>3. Órgãos Sociais</b>	<b>19</b>
<b>4. Organograma (em 31 de Dezembro de 2006)</b>	<b>20</b>
<b>II – LINHAS ORIENTADORAS</b>	<b>22</b>
<b>III – ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>	<b>26</b>
<b>1. Actividades Marcantes em 2006</b>	<b>27</b>
<b>2. Apresentação e Desenvolvimento das Actividades Sectoriais</b>	<b>28</b>
2.1 Infra-estruturas e Navegação Aérea	28
2.2 Operações	30
2.3 Aeronavegabilidade	32
2.4 Licenciamento de Empresas	36
2.5 Pessoal Aeronáutico	39
2.6 Medicina Aeronáutica	43
2.7 Regulação Económica	45
2.8 Facilitação e Segurança	51
2.9 Registo Aeronáutico Nacional	53
2.10 Assuntos Jurídicos, Regulamentação e Qualidade	54

2.11 Documentação e Informação	58
2.12 Comunicação e Imagem	60
2.13 Projectos Transversais	61
- Infra-estruturas Tecnológicas	61
- Atendimento Geral / SINAC	62
- Revisão / Reestruturação das Taxas e Outras Receitas do INAC	62
<b>3. Recursos Humanos</b>	<b>63</b>
3.1 Efectivos	63
3.2 Qualificações	65
3.3 Formação	65
3.4 Estrutura Etária	66
3.5 Outras Actividades	66
<b>4. Relatório e Contas</b>	<b>67</b>
4.1 Saldos de Gerência	68
4.2 Execução Orçamental	68
- Execução da Despesa	68
- Execução da Receita	73
4.3 Análise às Demonstrações Financeiras	78
- Contas de Balanço	78
- Contas de Resultados	80
- Caracterização de Aspectos de Relevância e Síntese Evolutiva	81
4.4 Demonstrações Financeiras	84
- Balanço	84
- Demonstração de Resultados	86
- Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	87
4.5 Indicadores Económico-Financeiros	92
<b>IV – PERSPECTIVAS FUTURAS</b>	<b>94</b>
<b>V – PARECER CONSELHO FISCAL</b>	<b>98</b>
<b>VI – GLOSSÁRIO</b>	

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

**Luís A. Fonseca de Almeida**

A actuação do INAC durante o ano de 2006 foi pautada pela continuidade no esforço de corresponder às exigências compatíveis com um organismo regulador moderno.

O acompanhamento dos agentes do tecido económico do sector, com as suas características específicas, permitiu avaliar e corresponder, pontual, marcada e progressivamente, às questões suscitadas pela dinâmica própria.

No caso do transporte aéreo, temos observado as companhias na aplicação de novas soluções de gestão para corresponder ao aumento do tráfego cuja tendência se tem mantido e se prevê venha a aumentar. A observação atenta do sector e do desenvolvimento das empresas que nele procuram a sua integração permite prever a sua expansão.

A indústria de que a OGMA se consagrou destacada representante conheceu novo e importante impulso devido à nova estrutura organizacional que permite antever novos horizontes de intervenção e de continuada excelência no serviço prestado. Outras empresas com projectos ambiciosos vieram reforçar o sector industrial.

Sob a orientação da Tutela, prosseguiu-se a implementação das Linhas Orientadoras traçadas no Plano de Orientações Estratégicas para o Sistema Aeroportuário Nacional para os próximos anos, ressaltando das diversas acções a proposta de alteração dos estatutos do regulador do sector. A situação actual e evolução previsível do referido Sistema foram objecto de avaliações e recomendações de modo a corresponder à procura, quer em termos de investimento, quer em qualidade de serviço.

As reuniões com as organizações representativas do sector desenrolaram-se, na sua generalidade, em clima dialogante sempre que os seus representantes pretenderam expor pontos de vista com o fim de prestar esclarecimentos de forma construtiva, o que permitiu aperfeiçoar propostas de textos normativos abrangentes.

Em termos de protocolos, procurámos efectivar o intercâmbio de apoios, dados e conhecimentos, tornando visíveis novos aspectos da acção do INAC a nível nacional e internacional. Também a colaboração a nível institucional se traduziu em múltiplas reuniões em que os representantes do INAC actuaram, muitas vezes, de forma determinante. Na sua maioria, as reuniões realizaram-se com a Secretaria de Estado das Obras Públicas e Comunicações, Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, Secretaria de Estado da Administração Interna, Inspecção-Geral de Finanças e Auditoria Ambiental.

A segurança aérea reconhecida como uma prioridade, numa conjuntura de crescente aumento de tráfego e novas exigências, como a imposição de medidas restritivas aplicadas à bagagem de cabina, pela sua complexidade, exigiu a continuação de uma abordagem global e concertada, tanto a nível internacional como local. Os últimos anos foram dos mais seguros na história da aviação em Portugal, facto que constitui um desafio constante para a Administração do INAC no sentido de manter este registo. Foi salientada por este Instituto a necessidade de ser dotado de uma organização com elevado desempenho baseado no princípio da segurança, fundamental para criar expectativas positivas quer na indústria quer nos agentes e utilizadores em geral.

O crescente interesse pelas questões ambientais requereu, por parte do INAC, um constante acompanhamento da evolução da discussão da matéria. O facto de não podermos controlar radicalmente os focos de perturbação ambiental – o ruído e as emissões de gases, sob pena de se encontrar comprometida a conciliação desejável entre os interesses dos profissionais do sector e o das populações mais atingidas, levaram-nos a apoiar textos de compromisso.

A acção do INAC continuou a inserir-se no conjunto de medidas a fazer respeitar para reforçar a competitividade, afirmando-se deste modo como autoridade de regulação entre operadores. A linha de rumo traçada com base na exigência de rigor na gestão, no acompanhamento pela presença no terreno, valorizando a comunicação e o diálogo, encoraja-nos a prosseguir.

Novos horizontes se abriram e outros se descortinam. O INAC, tendo já representatividade no seio do EUROCONTROL a nível de Grupos de Trabalho, manteve a representação de Portugal ao nível da Vice-Presidência do mesmo Organismo, na pessoa do signatário que veio também a ser eleito para o Comité de Coordenação da ECAC. A candidatura para a reentrada no Conselho da ICAO, onde Portugal não tem representação há várias décadas – a última data de finais dos anos 60 - insere-se na lógica do reforço da imagem positiva, profissional, responsável e credível que o nosso Instituto tem honrado.

Apesar do contexto de execução orçamental de rigor e contenção, 2006 foi um ano positivo para o INAC. Neste contexto, realce-se a atribuição de “notas” positivas ao INAC no âmbito das Auditorias realizadas pela JAA, FAA, EUROCONTROL, ICAO, Comissão Europeia, Direcção-Geral do Orçamento, Inspeção-Geral de Finanças e Tribunal de Contas.

Os constrangimentos impostos pelos estatutos em matéria de recursos humanos levaram a não raras situações de dedicação extrema por parte dos trabalhadores e colaboradores do INAC a quem, em nome do Conselho de Administração, manifesto apreço e reconhecimento, cumprindo agradecer ao Conselho Fiscal a dedicação e apoio à gestão em todos os momentos da vida do Instituto.

Destaque-se ainda em 2006, a conclusão da construção do Edifício Santa Cruz, o qual visa, essencialmente, proporcionar melhores condições de trabalho e prestar serviço com eficácia e melhor qualidade.

Continuamos a encorajar a postura de empenho e dedicação por parte de todos os agentes, desejando nós próprios mantê-la com tenacidade para que o objectivo da constante valorização do sector da aviação civil se mantenha inalterável, contribuindo assim para o crescimento económico e intercâmbio entre povos.



Da esquerda para a direita:

Dr. Amândio Dias Antunes – Vogal do Conselho de Administração  
 Dr. Luís A. Fonseca de Almeida – Presidente do Conselho de Administração  
 Eng. Luís Luis Ottolini Coimbra – Vogal do Conselho de Administração

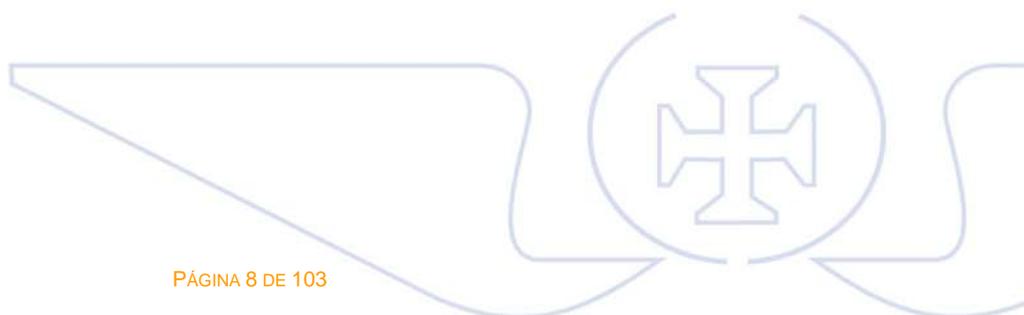


# 01

## Aspectos Gerais



Relatório de Gestão **2006**



## I – ASPECTOS GERAIS

### 1. Enquadramento Macroeconómico

#### 1.1 Actividade Económica Internacional

Com base na informação actualmente disponível, a nível internacional, a actividade económica e o comércio mundial no ano de 2006 continuaram a crescer a uma média de 5,1 por cento no PIB e em cerca de 9 por cento no comércio internacional. Na área Euro o crescimento do PIB foi de 2,4 por cento. O enquadramento económico internacional continuou igualmente a ser marcado pela evolução do preço internacional do petróleo, mantendo a trajectória de aumento. Em resultado o aumento das pressões inflacionistas levou ao aumento das taxas de juro pelos vários bancos centrais, incluindo o BCE, que no final do ano ascendia a 3,5% na sua taxa de referência para o sector bancário.

De realçar que a actividade económica na área Euro aponta para uma aceleração de 1,3 por cento para 2,4 por cento em 2006, devido em grande parte ao crescimento da procura interna com destaque para o investimento.

No que se refere à inflação, as projecções macroeconómicas elaboradas pelo Eurosistema do BCE apontam para um crescimento médio anual do IHPC que se situa no intervalo para o conjunto da área Euro entre 1,5 e 2,5 por cento em 2007 e entre 1,3 e 2,5 por cento em 2008.

Neste contexto as taxas de juro deverão continuar a tendência de crescimento, situando-se actualmente em 3,5 por cento, na zona Euro, estimando-se novos aumento no decurso do ano de 2007, que deverá contribuir para assegurar que as expectativas de inflação a médio e longo prazo permaneçam em níveis consistentes com a estabilidade de preços.

## 1.2 Actividade Económica em Portugal

A evolução da economia portuguesa durante o ano de 2006 ficou assinalada pelo crescimento da economia em valores que se situam próximos de 1,2 por cento do PIB, devendo atingir um crescimento projectado do PIB de 1,8 por cento em 2007 e de 2,1 por cento em 2008, segundo estimativas do Banco de Portugal.

O crescimento estimado do ano de 2006 traduz-se numa aceleração da actividade económica em 0,8 pontos percentuais relativamente ao ano anterior, que decorre da forte expansão das exportações.

O consumo privado desacelerou de 1,7 por cento em 2005 para 1,3 por cento em 2006, estando a moderação das despesas de consumo das famílias em parte relacionada com a subida das taxas de juro, impostas pelo Banco Central Europeu.

A formação bruta de capital fixo registou uma queda estimada de 3,1 por cento em 2006, projectando-se uma recuperação de 3,9 por cento em 2007, reflectindo uma evolução favorável para o investimento empresarial e habitação.

A taxa de inflação, medida pela taxa de variação média anual do IHPC, apresenta 3,0 por cento em 2006, o que está em parte associado ao comportamento da componente energética, estimando-se que em 2007 e 2008, atinja respectivamente, 2,3 e 2,4 por cento.

### 1.3 No Sector da Aviação Internacional

O transporte aéreo, nas últimas décadas, tornou-se um recurso acessível para a mobilidade de um grande número de passageiros e de grandes volumes de carga, utilizado com frequência entre distâncias cada vez maiores e constituindo um dos vectores de desenvolvimentos dos países modernos, num contexto de economia global.

Para dar resposta à crescente procura deste serviço no mercado, o sector da aviação civil tem-se caracterizado por uma permanente evolução tecnológica que permite otimizar os recursos aeronáuticos, melhorar as condições de segurança das aeronaves e aumentar a capacidade comercial das transportadoras aéreas.

Neste contexto, o sector da aviação está em forte mudança sem precedentes a nível mundial, delineado por um dinamismo onde se destacam a globalização, a concentração, a concorrência, a tecnologia, o poder dos consumidores, as pressões ambientais e a liberalização de mercados à escala mundial.

No âmbito da aviação, mantém-se a tendência de reorganização do sector, por motivos relacionados com a racionalização de recursos, e simultaneamente a exigência de maior competitividade no desenvolvimento das suas operações. Esta tendência está aliada, também, à diversificação global de clientes, de fornecedores e de empresas de regime de subcontratação, como pela democratização no respectivo acesso, proporcionada pela baixa contínua dos preços praticados no sector.

A evolução do número de passageiros no ano de 2006 a nível mundial caracterizou-se por um assinalável crescimento acima da média histórica do sector, permitindo classificar o transporte aéreo de passageiros como um dos sectores mais dinâmicos da economia.

## 1.4 No Sector da Aviação em Portugal

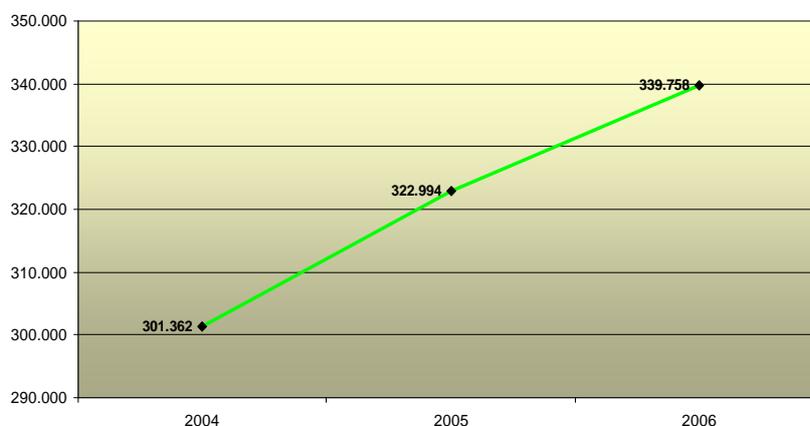
Em consonância com a evolução internacional, verifica-se igual tendência de reorganização do sector em Portugal, decorrente da necessidade de racionalização dos custos e optimização dos resultados, a qual se caracteriza pela concentração de operadores nas diversas áreas de intervenção.

O alargamento do mercado nacional a novos operadores, designadamente, os operadores low cost, deverá permitir a manutenção da tendência crescente da queda do preço dos bilhetes reduzindo as margens operacionais das companhias aéreas, como se tem verificado nos últimos anos, que se aproximarão dos preços praticados em meios de transporte alternativos, abrindo todavia a possibilidade de criação de novas oportunidades para a indústria aeronáutica na competição directa com outros meios de transporte.

### - Tráfego Aéreo

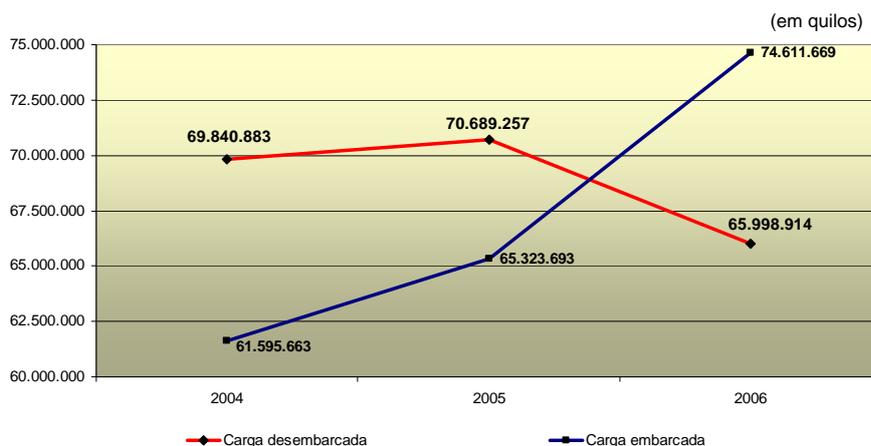
A actividade dos transportes aéreos em Portugal caracterizou-se por uma evolução positiva com comportamentos distintos em função da natureza das operações em análise.

Os movimentos de aeronaves nos aeroportos nacionais, aterragens e descolagens, tiveram um incremento de 5,2% face ao ano anterior, crescimento este justificado em grande parte por um aumento de 7,9% no tráfego internacional. O tráfego ocorrido totalizou 339.758 movimentos, dos quais 73% têm por base tráfego comercial regular e 18% tráfego não comercial.

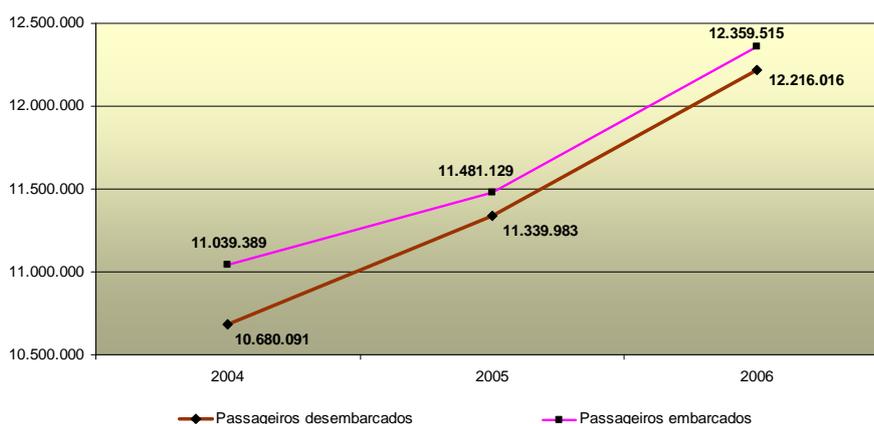


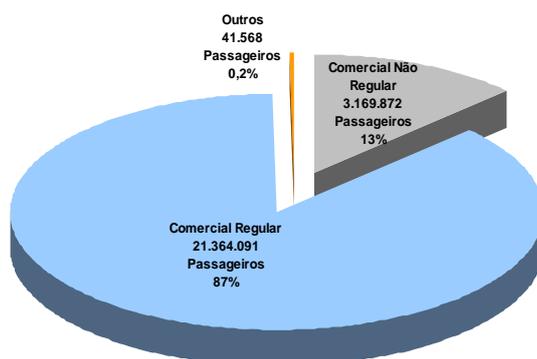
O tráfego existente caracteriza-se por uma evolução positiva da carga e do transporte de passageiros, respectivamente de 3,4% e 7,7%. Do total do tráfego, cerca de 75 % é de natureza internacional e 24% doméstico.

Globalmente, o tráfego de carga manteve o crescimento médio dos anos anteriores, traduzindo-se no valor global de 140.610 toneladas transportadas. Não obstante a variação positiva ocorrida, justificada pelo aumento dos movimentos internacionais de 8,8%, os movimentos de carga domésticos tiveram uma variação negativa de 9,5%.



Quanto à evolução do número de passageiros, verificou-se um crescimento superior ao ocorrido nos últimos anos, tendência esta em consonância com o comportamento do mercado europeu e justificada na sua maioria pela evolução do movimento internacional de passageiros, o qual teve um crescimento de 10% face a uma variação 0,4% no tráfego doméstico.



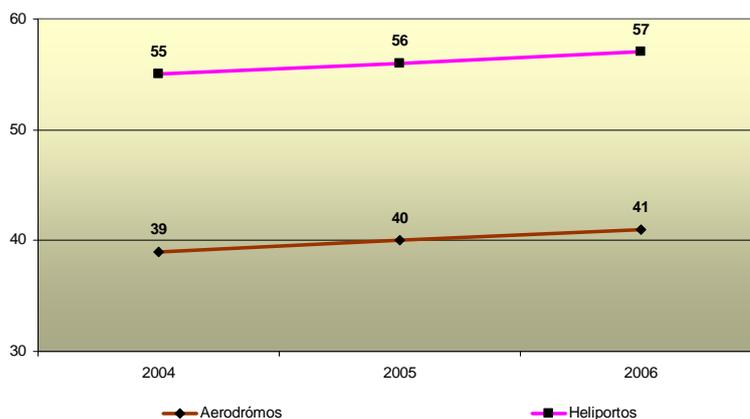


De referir ainda, que em 2006, os movimentos de tráfego internacional foram responsáveis por 59% do total do movimento de aeronaves e por 76,4% do total de passageiros nos aeroportos nacionais.

O tráfego aéreo internacional relativo ao espaço Schengen correspondeu a 38% do total de movimentos e a 40,6% do volume de passageiros.

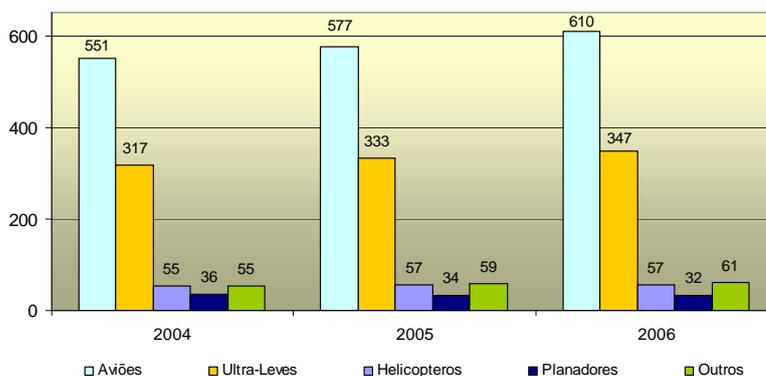
#### - Infra-estruturas Aeronáuticas

No ano de 2006 não houve alterações significativas no número de infra-estruturas nacionais, existindo actualmente 57 heliportos e 41 aeródromos.



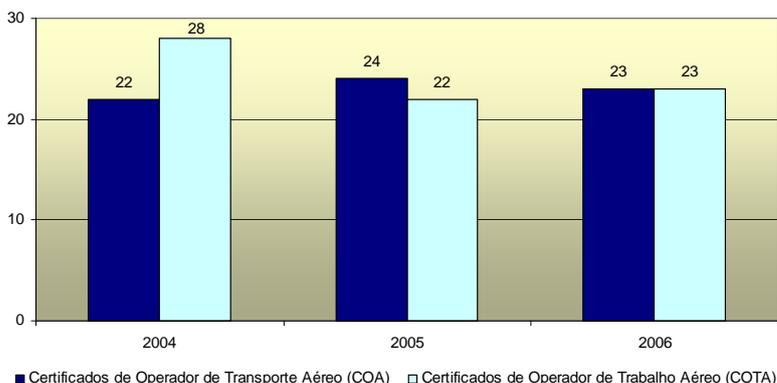
### - Aeronaves

A par com a evolução do sector, tem-se observado um crescimento médio do parque de aeronaves em Portugal em cerca de 4,5% ao ano.



### - Empresas Certificadas

O número de operadores titulares de Certificado de Operador de Transporte (COA) e de operadores titulares de Certificado de Operador de Trabalho Aéreo (COTA) manteve-se sem significativas alterações entre 2005 e 2006.



Quanto à evolução das organizações de manutenção, não houve alterações de destaque, existindo 48 entidades certificadas. No entanto, no ano de 2006, ocorreu um aumento de pedidos de reconhecimento, pelo que se prevê um incremento destas para o exercício de 2007.

### - Profissionais e Qualificações

Em 2006 houve um aumento do número de examinadores certificados para formação a profissionais do sector (FTO's, TRTO's e MTO's), caracterizado por um incremento de cerca de 50% das autorizações emitidas neste ano.

A variação ocorrida foi acompanhada por um incremento do número de alunos em cerca de 150 novos processos, o que correspondeu a uma variação positiva face a 2005 de 32%.

Por sua vez, o número de pilotos tem-se mantido constante nos últimos anos, com uma média de 1.850 pilotos profissionais activos. Prevê-se no entanto, que o número existente venha a aumentar a curto/médio prazo, face ao incremento da actividade do sector e consequente aumento da procura por parte das transportadoras aéreas nacionais e internacionais.



### - Segurança

Na segurança aeronáutica tem-se assistido a uma melhoria cultural, o que se espelha através do aumento progressivo de comunicação de ocorrências pelos operadores aeronáuticos, a qual subiu 24% de 2005 para 2006. Este aumento de comunicações não significa a ocorrência de um maior número de acidentes, mas sim, o contrário, tendo o número de acidentes decrescido progressivamente, diminuindo em 2006 face a 2005 - 22%.

O panorama dos acidentes é influenciado pela elevada percentagem de ocorrências existente na aviação de recreio e em particular com ultraleves, o que representa, em média, cerca de 40% do total de acidentes.

A aviação comercial, sujeita a regras de segurança mais rígidas e abrangentes em termos de actividade, não registou qualquer acidente em 2006, ao contrário de 2005 e 2004 que, embora em número reduzido, se caracterizou por alguns acidentes com aviões nacionais, apenas no solo, no entanto sem vítimas mortais a lamentar.

## 2. Enquadramento Legal e Institucional

O Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 133/98, de 15 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 145/2002, de 21 de Maio.

Mais recentemente, o Programa do Governo consagra a modernização da Administração Pública como um dos instrumentos essenciais da estratégia de desenvolvimento do País. Nesse sentido foi aprovada a nova Lei Orgânica do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Decreto-Lei nº 210/2006, de 27 de Outubro, a qual estabelece o Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P., como um serviço operacional, integrado na administração indirecta do Estado (Artigo 5.º).

A missão de regular, fiscalizar o sector da aviação civil, supervisionar e regulamentar as actividades desenvolvidas no sector, bem como as suas atribuições vêm descritos no Artigo 15.º do Decreto-Lei supra mencionado, designadamente na contribuição para a definição de políticas para a aviação civil, assegurando o bom ordenamento das actividades no mesmo âmbito, regulando e fiscalizando as condições de exercício e promovendo a protecção dos respectivos utentes.

Face à missão estabelecida, o INAC tem a responsabilidade de regular a economia das actividades aeroportuárias, de navegação aérea e de transporte aéreo, desenvolver sistemas de observação dos mercados de transporte aéreo, colaborar na negociação de tratados e acordos internacionais no domínio da aviação civil, bem como credenciar entidades públicas e privadas para o exercício de funções técnicas no âmbito das suas atribuições, de entre outras que definem as actividades do INAC.

Diariamente o Instituto relaciona-se com os mais variados agentes do sector da aviação, quer nacionais quer internacionais, designadamente, com os operadores de transporte e trabalho aéreo, com os profissionais do sector, pessoal aeronáutico, proprietários das aeronaves e com as associações patronais e sindicais.

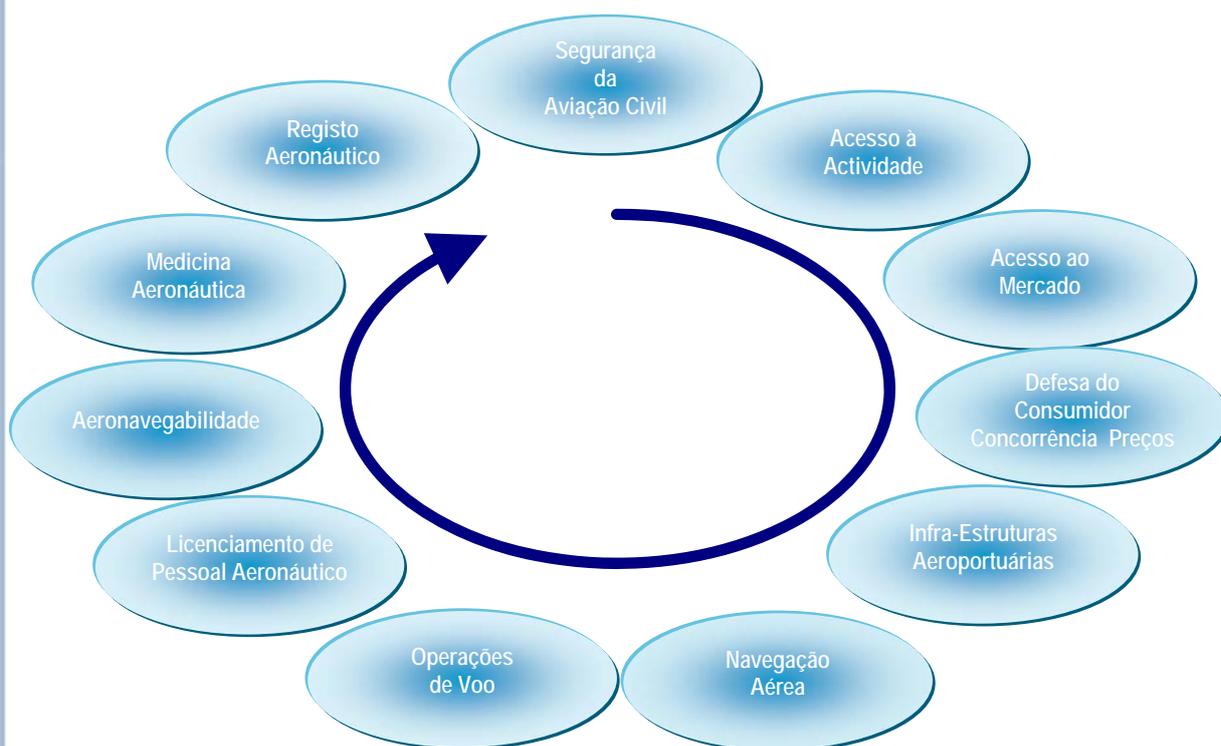
Portugal é signatário de acordos Internacionais entre Estados no sector do transporte aéreo, sendo o INAC o representante nacional em inúmeras dessas reuniões de carácter técnico, que difunde para o domínio interno as instruções e recomendações mandatórias emanadas pelas organizações internacionais de que Portugal faz parte.

Neste domínio assumem especial relevância as actividades que estão relacionadas com a participação de Portugal nos trabalhos da União Europeia, a European Aviation Safety Agency (EASA), o European Organization for the Safety of Air Navigation (EUROCONTROL), a Joint Aviation Authorities (JAA), a International Civil Aviation Organization (ICAO), a European Civil Aviation Conference (ECAC), de entre outros.

O INAC, no desenvolvimento das suas orientações estratégicas, competências e atribuições, tem presente as orientações emanadas pelo XVII Governo Constitucional para o sector dos transportes e sistema aeroportuário nacional, as quais apostam num transporte aéreo mais moderno e competitivo, operado em conformidade com os mais elevados padrões de segurança, respeitador do ambiente e dos direitos dos passageiros, qualificando Portugal como uma importante plataforma de tráfego intercontinental.

Neste contexto e em síntese, é importante destacar a visão subjacente à actuação do INAC, designadamente, projectar o Instituto como uma autoridade aeronáutica de referência europeia, prestigiada e respeitada, destacando-se pela sua gestão, satisfação dos seus profissionais e pela eficiência dos seus processos, visando a satisfação dos interessados.

Para a prossecução destas atribuições, o INAC efectua uma abordagem de mercado assente em diversas áreas de intervenção:



### 3. Órgãos Sociais

Os órgãos sociais do Instituto são o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, sendo as competências de cada um definidas nos artigos 13º a 17º dos seus Estatutos, anexos ao Decreto-Lei n.º 133/98, de 15 de Maio, diploma que criou o INAC, e que foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 145/2002, de 21 de Maio.

A composição actual dos órgãos sociais é a seguinte e manteve-se ao longo do ano de 2006:

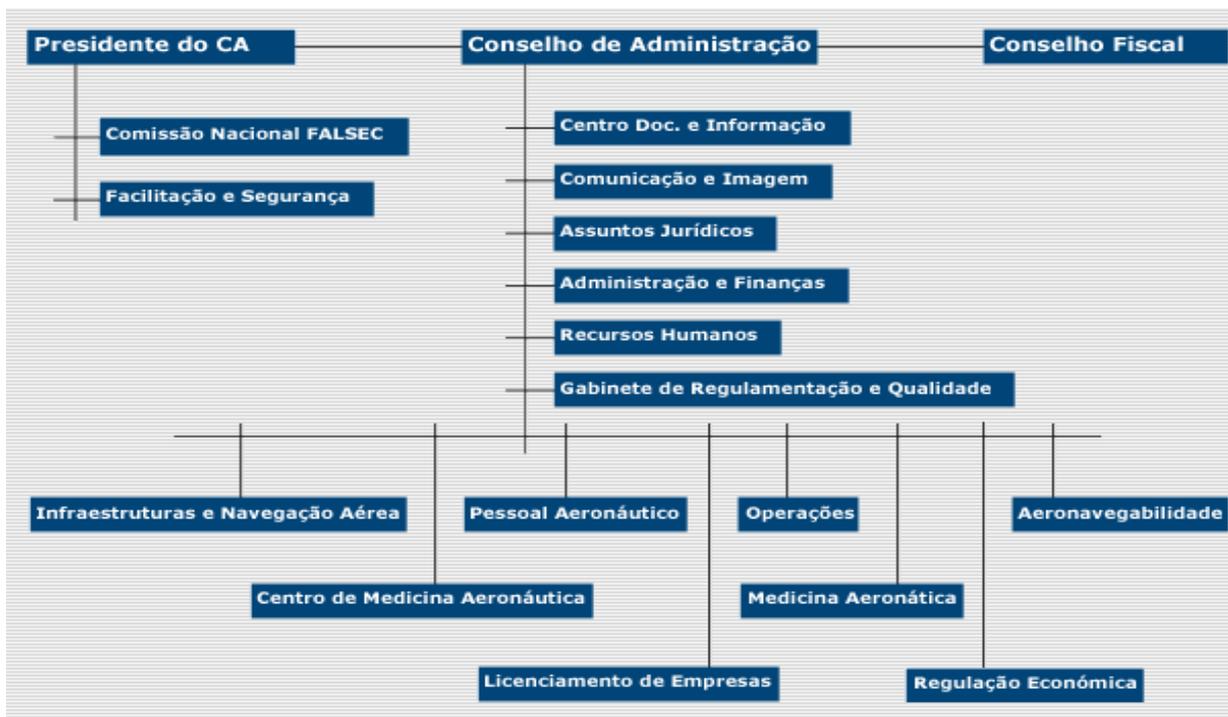
#### Conselho de Administração:

- **Presidente do Conselho de Administração**  
Licenciado Luís António Fonseca de Almeida
- **Vogais do Conselho de Administração**  
Licenciado Amândio Dias Antunes  
Engenheiro Luis Filipe Ottolini Bebiano Coimbra

#### Conselho Fiscal

- **Presidente do Conselho Fiscal**  
General Narciso Mendes Dias
- **Vogais do Conselho Fiscal**  
Licenciado Daniel António Galvão Martins (ROC)  
Licenciado José João Correia e Afonso Moreira

#### 4. Organograma (em 31 de Dezembro de 2006)



# 02

## Linhas Orientadoras



Relatório de Gestão **2006**

## II – LINHAS ORIENTADORAS

Ao INAC, como entidade reguladora com autonomia administrativa e financeira e património próprio, compete-lhe, genericamente, supervisionar, orientar, inspeccionar e fiscalizar o sector da aviação civil.

Constituem clientes do INAC todos os operadores de transporte aéreo, designadamente, empresas transportadoras, de manutenção de aeronaves, de assistência em escala, organizações de formação, bem como todas as pessoas que exercem a sua actividade no sector, nomeadamente, pilotos, pessoal de cabina, técnicos de manutenção de aeronaves, instrutores de voo, entre outros.

Em 2006, o INAC continuou a desenvolver, de acordo com as suas competências e atribuições, um conjunto variado de actividades, influenciado por 6 vectores transversais a toda a organização:

- Segurança
- Ambiente
- Qualidade
- Acção europeia e internacional
- A gestão dos recursos humanos
- Reengenharia de processos internos

Com base nos vectores de acção identificados foi estabelecido um conjunto de objectivos para os corporizar.

As acções prioritárias para o ano de 2006 tiveram inerente vários domínios, sendo de destacar as evidenciadas no diagrama:



A actividade operacional do INAC registada e correspondente evolução, em termos gerais, caracteriza-se pelos seguintes indicadores:

Indicadores de serviços prestados (Evolução da Actividade)	2004	2005	2006
<b>Auditorias / Inspeções / Verificações / Investigações / Fiscalizações</b>			
País	758	888	829
Estrangeiro	94	193	220
	<b>852</b>	<b>1.081</b>	<b>1.049</b>
<b>Acompanhamento / Monitorização de Empresas</b>	<b>281</b>	<b>314</b>	<b>366</b>
<b>Certificação / Licenciamento / Registo / Autorizações (Operadores / Pessoal / Contratos / Instalações / Equipamentos ...)</b>			
Emissão / Concessão	26.627	22.582	21.084
Revalidação / Revisão	119	365	135
Alteração	152	172	124
Suspensão	3	3	2
Cancelamento	2	1	1
Registo Aeronáutico	243	268	302
Exames Médicos	2.251	2.084	2.136
Exames de Acesso à Actividade	2.884	2.924	4.595
	<b>32.281</b>	<b>28.399</b>	<b>28.379</b>
Acesso à actividade	1.495	1.900	1.525
Certificação profissional	17.848	16.050	16.238
Acesso ao mercado	1.885	1.479	1.923
Apoio à actividade	11.053	8.970	8.695
	<b>32.281</b>	<b>28.399</b>	<b>28.381</b>
<b>Informação Aeronáutica (N.º de Acções - Documentos Técnicos e Outras Iniciativas)</b>	<b>590</b>	<b>1.622</b>	<b>1.303</b>
<b>Iniciativas legislativas (processos concluídos)</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>6</b>
<b>Contra-Ordenações</b>	<b>106</b>	<b>130</b>	<b>173</b>
<b>Emissão de Certificados pelo RAN</b>	<b>577</b>	<b>717</b>	<b>853</b>
<b>Reuniões do Sector</b>			
Frequência			
País	213	164	315
Estrangeiro	122	160	159
Organização	68	45	45
<b>Seminários</b>			
Frequência			
País	36	46	35
Estrangeiro	32	24	24
Organização	1	2	16
<b>Tráfego (movimentos, passageiros e carga)</b>			
Movimentos	301.362	322.994	339.758
Passageiros	21.719.480	22.821.112	24.575.531
Carga	131.436.546	136.012.950	140.610.583

Indicadores de serviços prestados (Evolução da Actividade)	2004	2005	2006
<b>Volume de reclamações / Incidentes relativos ao INAC</b>			
Recebidas	9	10	6
Resolvidas	2	1	5
Pendentes, fim de período	7	9	1
<b>Volume de reclamações / Incidentes relativas ao Sector</b>			
Ocorrências de Facilitação e Segurança	4.745	4.319	3.784
Recebidas	282	511	5.444
Resolvidas	114	205	602
Pendentes, fim de período	168	474	5.316

# 03

## Actividades Desenvolvidas

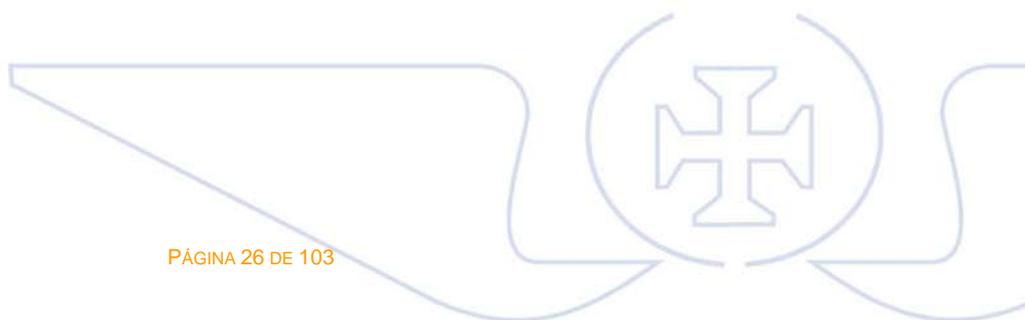


Relatório de Gestão **2006**

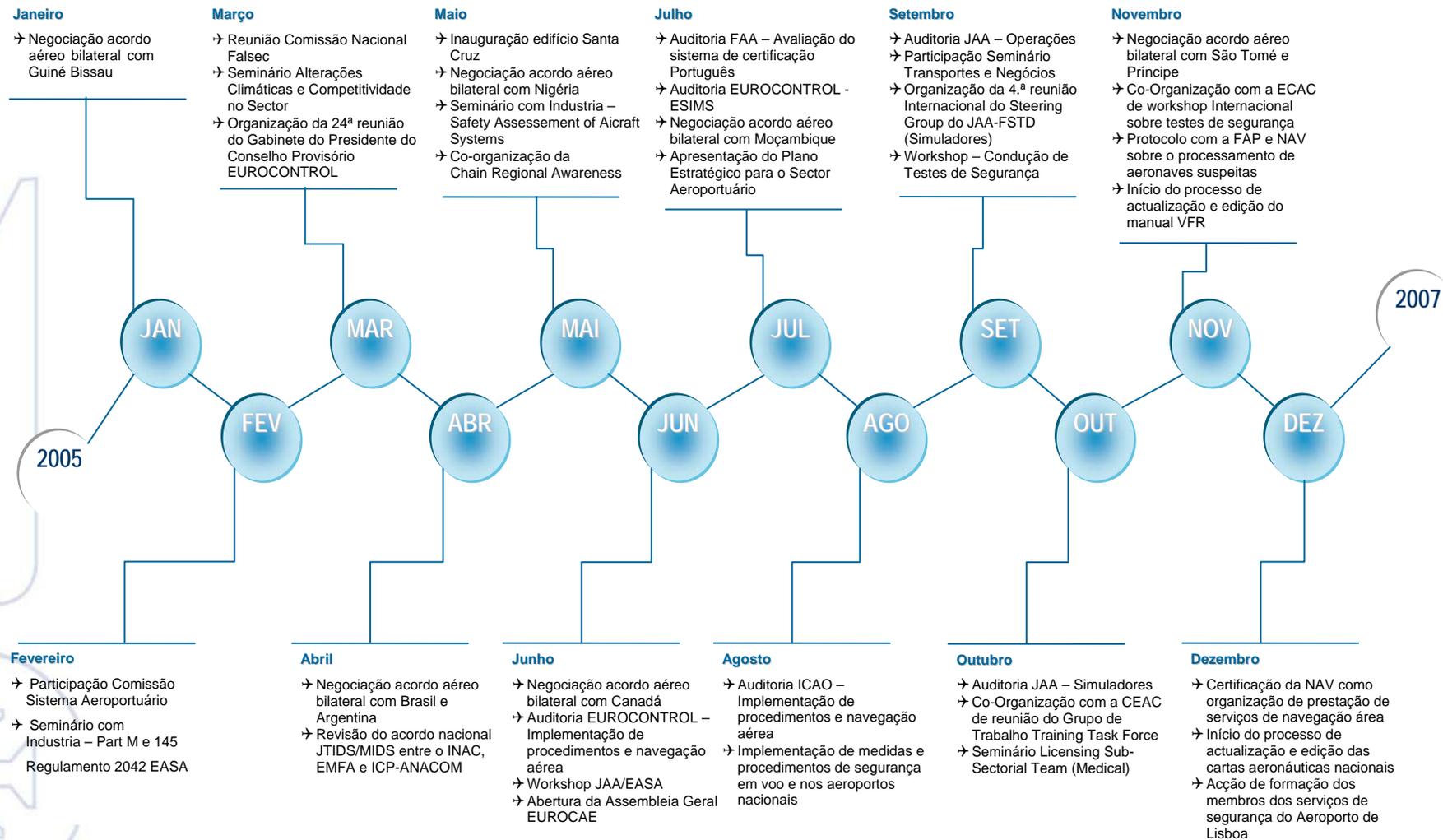


### III – ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

Face aos objectivos operacionais delineados no plano de actividades do INAC para o ano 2006, tendo por base a sua execução, iniciativas pontuais ocorridas e outras de gestão corrente, apresenta-se de seguida as de maior relevo, no desenvolvimento do relacionamento externo com o meio envolvente do sector da aviação, *stakeholders* e na melhoria dos processos internos.



## 1. Actividades Marcantes em 2006



## 2. Apresentação e Desenvolvimento das Actividades Sectoriais

### 2.1 Infra-estruturas e Navegação Aérea

No ano de 2006, mantendo o crescimento obtido no ano anterior, foram inspeccionadas 40 Infra-estruturas aeroportuárias e auditada a Empresa de Navegação Aérea – NAV Portugal EPE com vista à certificação como fornecedor de serviços ATS nacional.

Evolução das Actividades	2004	2005	2006
<b>Aeródromos</b>			
Universo	39	40	41
Certificados	37	38	38
Aprovados	2	2	3
Inspeções realizadas	21	23	16
<b>Heliportos</b>			
Universo	55	56	57
Certificados	9	9	9
Aprovados	46	47	48
Inspeções realizadas	5	15	24
Atribuição novas frequências aeronáuticas	27	5	8

No âmbito das actividades desenvolvidas, é ainda de salientar a apreciação de estudos e projectos de 14 infra-estruturas, designadamente, de 6 aeródromos e 8 heliportos.

No desenvolvimento das actividades relacionadas com Infra-estruturas e Navegação Aérea destacam-se diversos trabalhos:

#### Âmbito Nacional

- Actualização dos dados respeitantes à maior parte das infra-estruturas aeroportuárias, com o objectivo de actualização do registo no Manual do Piloto Civil;
- Início do projecto de actualização do Manual do Piloto Civil / elaboração do Manual VFR (INAC/NAV);
- Conclusão do projecto de levantamento e actualização dos valores de declinação magnética essencial para a navegação aérea / operações de voo, relativos ao ano de 2006 (INAC/IM);
- Continuação do projecto de actualização da Carta Aeronáutica de Portugal (INAC/ IGeoE);
- Aprovação das cartas de aproximação a diversos aeródromos e diversas rotas;
- Revisão da legislação sobre Servidões Aeronáuticas (INAC/ANA/NAV);
- Projecto para a integridade de dados aeronáuticos (INAC/NAV/ANA/ANAM/SATA/FAP);

- “Local Convergence and Implementation Plan” (LCIP) 2006/2010 e 2007/2011 (INAC/ANA/NAV/FAP);
- Participação em reuniões da INFANAV para cooperação civil/militar no âmbito da navegação aérea (INAC/NAV/FAP);
- Regulamento de construção, certificação e operação de aeronaves ultraleves;
- Legislação sobre certificação de aeródromos e ordenamento aeroportuário;
- Pareceres sobre PDM's, planos directores de aeródromos, projectos de servidões aeronáuticas e pormenores de aeródromos;
- Regulamento sobre limitações em altura e balizagem de obstáculos artificiais à navegação aérea;
- Procedimento para a certificação dos prestadores de serviços de Navegação Aérea (ATS, AIS, CNS);
- Avaliação dos cursos de Operadores de Socorros e Emergência de Aeródromos (OSEA) e de Execução de Planos de Emergência de Aeródromos (PEA).

### **Âmbito Internacional**

- Acompanhamento e participação em diversos grupos de trabalho, reuniões e programas do EUROCONTROL:
  - Prevenção de incursões indevidas em pistas de aviação;
  - Comité do Céu Único Europeu – ultimate dos mandatos da Comissão Europeia ao EUROCONTROL;
  - Constituição de Blocos Funcionais de Espaço Aéreo;
  - Certificação dos prestadores de serviços de navegação aérea;
  - Participação no “Data Process Mapping” do programa “CHAIN” tendo como resultado o “CHAIN Detailed Data Process Mapping Project – Portuguese Report”;
  - Participação como “focal point” de Portugal no CHAIN Steering Group;

- Vários aspectos de interoperabilidade, nomeadamente, o “Single European Sky ATM Research” (SESAR);
  - Reuniões do European Safety Programme (ESP);
  - Pareceres Diversos.
- Participação como oradores na “CHAIN Awareness Workshop”;
  - Participação no “Stakeholder Consultation Workshop on Regulatory Approach Document on Aeronautical Data Integrity” – Bruxelas;
  - Participação no “Global AIS Congress” – Madrid;
  - Participação em reuniões do Group of Aerodromes Safety Regulators (GASR);
  - Reuniões diversas com “Safety Regulation Commission” (SRC), “SRC Coordinating Group” (SRC CG), do “Air Navigation Team” (ANT), do “Strategy Planning Group” (SPG);
  - Participação na reunião anual do “European Air Navigation Planning Group” (EANPG) da ICAO.

## 2.2 Operações

A actividade do INAC inerente à área de operações foi influenciada por constrangimentos diversos ao nível dos recursos humanos técnicos disponíveis, decorrente da saída de alguns elementos, cujo processo de substituição e adequação às necessidades está em curso.

Atendendo ao exposto, no ano de 2006 realizaram-se 181 auditorias / inspecções / investigações, traduzindo-se num decréscimo de 47% face a 2005, todavia, a níveis próximos de 2004, em que o número verificado foi de 195.

Evolução das Actividades	2004	2005	2006
<b>Acções Nacionais</b>			
Verificação de pilotos		7	3
Inspeções SAFA	35	100	39
Inspeções Bases Fogos	19	49	9
Certificação NAV (Prestador Aeronautical Information Service)	0	0	1
Inspeção Base Operadores	65	8	8
Inspeções Rampa	12	29	29
<b>Acções Internacionais</b>			
Inspeções Aprovação Simuladores	3	11	15
Auditorias (em articulação com JAA)		5	9
Inspeções Rota	22	58	10
Inspeções Cabina	11	27	24
Inspeções Escala	3	21	7
<b>Certificados de Operador de Transporte Aéreo (COA)</b>			
Certificados Activos	22	24	23
Auditorias	22	23	22
Revalidação	18	22	14
Alteração	92	93	60
Emissão Inicial	6	3	1
Cancelamento / Suspensão	0	0	2
<b>Certificados de Operador de Trabalho Aéreo (COTA)</b>			
Certificados Activos	28	22	23
Auditorias	20	14	12
Revalidação	27	20	15
Alteração	40	57	43
Emissão Inicial	0	0	0
Cancelamento / Suspensão	0	2	0
Aprovação de contratos de Leasing	47	36	18
<b>Autorizações de Operações Especiais (OPS / SPECS)</b>			
	19	13	21
<b>Aprovação Festivais Aéreos</b>			
Analizados	5	12	19
Fiscalizados	5	6	7
<b>Autorizações Act.Perigosas para a Aviação</b>	197	208	299
<b>Autorizações Act.Especiais para a Aviação</b>			
Autorizações Sobrevoos a Baixa Altitude	103	97	85
Autorizações Sobrevoos / Aterragem	240	228	109
Autorizações Voos de Investigação Científica	9	9	10
Outras Autorizações	73	111	23
<b>Voos Não Tripulados (UAV)</b>	3	0	4
<b>Processamento de Incidentes/Acidentes de Ocorrências Aeronáuticas</b>			
Base dados INAC	647	868	976
Base dados ECCAIRS (União Europeia)	0	8	57
Base dados TOKAI (EUROCONTROL)	1	6	8
Registos Base Dados ELT	104	78	71
<b>Emissão NOTAM</b>			
Série Nacional	761	676	486
Série Internacional	69	57	46

No desenvolvimento das actividades destacam-se diversos trabalhos:

### **Âmbito Nacional**

- Criação de uma base de dados de ocorrências no âmbito da segurança da aviação (INAC/GPIAA). O sistema de reporte de ocorrências implementado interage com os operadores, permitindo a estes o acesso via internet;
- Colaboração com o Ministério da Administração Interna nos programas de definição das frotas dos meios aéreos do Estado a adquirir e na elaboração dos cadernos de encargos dos concursos públicos de meios aéreos para combate a fogos florestais;
- Elaboração de Regulamento ETOPS (Reg. N.º 219/2006, de 13 de Dezembro);
- Participação como orador no Seminário promovido pela Faculdade de Ciências do Porto “As Ciências ao Serviço da Aeronáutica”.

### **Âmbito Internacional**

- Integração de equipas multinacionais de auditoria do JAA Operations Standardization Team para análise e avaliação da organização e procedimentos às entidades congéneres da Grécia, Noruega e Itália;
- Coordenação, verificação, registo, controlo e comunicação ao EUROCONTROL e NAT CMA das aeronaves aprovadas para RVSM EUR e RVSM NAT;
- Colaboração como Chairman no EASA Rulemaking Group OPS.001.

## **2.3 Aeronavegabilidade**

A actuação na área de aeronavegabilidade caracterizou-se por um crescimento significativo das suas actividades, nomeadamente na realização de auditorias / inspecções, nacionais e internacionais, as quais ascenderam a 778 acções, o que corresponde a um crescimento de 22% face ao ano anterior.

No âmbito da aeronavegabilidade tem-se assistido nos últimos anos, designadamente, desde de Setembro de 2003, à transição de responsabilidades para a EASA. O INAC, como entidade reguladora nacional, continua a ter uma intervenção activa no processo, através de um contrato de prestação de serviços com este organismo europeu que abrange actividades distintas:

- Avaliação de Organizações de Projecto – DOA's (Design Organizations Approvals), com vista à emissão de aprovações;
- Investigações técnicas no âmbito de pequenas Modificações e Reparações consagradas no Regulamento (EC) nº 1702 /2003, de 24 de Setembro de 2003.

De referir, que as actividades que transitaram para EASA foram:

- Aprovação de organizações de projecto;
- Emissão de certificados tipo de produtos aeronáuticos (aeronaves, produtos e hélices), incluindo certificação ambiental;
- Aprovação de projectos de modificações;
- Aprovação de projectos de reparações;
- Autorizações ETSO (componentes);
- Emissão de Directivas de Aeronavegabilidade;
- Organizações de Manutenção localizadas fora da UE.

A aprovação e Reavaliação de Organizações de Produção identificadas no Regulamento acima referido como POA's (Production Organization Approval), continuam a ser da responsabilidade do INAC, estando em curso a aprovação da única organização em Portugal (OGMA).

De referir ainda que a aprovação e Reavaliação de Organizações de Manutenção e Organizações de Controlo de Aeronavegabilidade, referidas no Regulamento (EC) nº 2042, de 28 de Novembro de 2003, continuam a ser da responsabilidade de Portugal.

#### Certificação de Organizações de Manutenção

Evolução das Actividades	2004	2005	2006
<i>Parte 145 + OTE</i>			
Certificação/Aprovação Técnica de empresas de Manutenção	23	0	1
Alteração Técnica de empresas de manutenção	41	71	34
Aprovação/Actualização de Manuais da Empresa de Manutenção	46	62	75
Execução de auditorias às Organizações de Manutenção	72	73	87
Aprovação técnica das organizações de manutenção para efeitos de ETOPS, RVSM, CAT II, CAT III, BRNAV e RNP	5	7	10
Emissão de parecer de planos de MDO, Formação e de Auditorias	90	42	101

Evolução das Actividades	2004	2005	2006
<i>Parte M</i>			
Aprovação Técnica Organização da Manutenção das Operadoras de Transporte e Trabalho Aéreo	31	10	35
Alteração de Organização da Manutenção das Operadoras de Transporte e Trabalho Aéreo	10	24	126
Aprovação/Actualização de Manuais de Organização de Manutenção das Operadoras de Transporte e Trabalho Aéreo	57	55	81
Execução de auditorias às organizações de manutenção das Operadoras de Transporte e Trabalho Aéreo	47	46	74
Aprovação de programas de manutenção, Fiabilidade, ECM, RVSM, ETOPS, CAT II, CAT III, AWO e MNPS	22	25	78
	53	55	171
Emissão de parecer para emissão de MEL	20	19	44
Participação na aprovação dos requisitos de manutenção para efeitos de celebração de contratos de locação de aeronaves/contratos de manutenção.	18	25	49
Emissão de pareceres de contratos de leasing de aeronaves	23	21	2
Emissão de parecer de planos de Formação, de Auditorias, aprovação de pessoal dirigente, etc.	23	78	68

#### Certificação Controlo de Navegabilidade

Evolução das Actividades	2004	2005	2006
Revalidação de Certificados de Navegabilidade de aeronaves	48	402	101
Revalidação de Ultraleves	0	0	0
Revalidação de licenças de voo de construção amadora	0	21	0
Supervisão contínua			257
Operação ETOPS, RVSM, AWO, CAT II, III, RNP (BRNAV, PRNAV), etc.	0	0	175
Análise de ocorrências de manutenção de aeronaves	13	10	46
Controlo de programas de AGEING	0	0	52
Análise de resultados de E.C.M.	0	0	48
Fiabilidade de Operadores	0	0	62
Assegurar o estado das aeronaves nacionais e estrangeira (SAFA)	128	100	32
Emitir licenças provisórias de voos "Ferry" e de "Ensaio"	53	40	28
Emitir certificados de navegabilidade para exportação de aeronaves, motores, rotores e hélices	10	19	21
Aprovar TBO's e contralar a respectiva evolução	47	95	164
Emitir directivas de navegabilidade	425	322	320
Participar nas inspecções às aeronaves e bases de combate a fogos florestais	36	81	5



### Certificação de Aeronaves

Evolução das Actividades	2005	2006
Proceder à certificação inicial de aeronaves	59	57
Proceder à certificação inicial de motores	76	58
Proceder à certificação inicial de rotores e hélices	20	10
Emitir pareceres com vista à aprovação de manuais de voo - Transporte Publico	49	39
Proceder à certificação inicial de aeronaves ultra-ligeiras motorizadas (ULM) e emissão dos respectivos certificados de voo.	20	29
Proceder à certificação inicial de aeronaves de construção amadora e emissão das respectivas licenças de voo	7	8
Proceder à certificação de ruído de aeronaves	41	48
Proceder ao licenciamento de estações de radiocomunicações de aeronaves	357	427
Aprovar esquemas de pintura de aeronaves	18	19
Emitir fichas de registo histórico de rotáveis	42	53
Emitir CTI's e Procedimentos Internos	7	13
Emitir licenças provisórias de voo "Ferry", de ensaio e de construção amadora tendo em vista a certificação inicial de aeronaves*	9	43
Participar na certificação de dispositivos de treino sintético de voo	12	13
Proceder à Certificação de aeronaves para efeitos ETOPS	4	7
Proceder à Certificação de aeronaves para efeitos, RVSM,	28	38
Proceder à Certificação de aeronaves para efeitos RNAV, CAT II, CAT III, AWO e MNPS	49	38
Aprovação de modificações em aeronaves, motores, rotores e hélices - adjudicado EASA	4	2
Homologação de equipamentos de radiocomunicações e navegação - Competência EASA	7	0
Assegurar o estado das aeronaves nacionais e estrangeiras (SAFA)	1	0
Delegação pela EASA "DOA Approval" - Secondmend EASA	1	2

No desenvolvimento das actividades destacam-se diversos trabalhos:

#### **Âmbito Nacional**

- Reavaliação de um número significativo de organizações de manutenção EASA Parte 145 e auditorias de supervisão contínua dos Operadores de Transporte Aéreo EASA Parte M e dos Operadores de Trabalho Aéreo com respectivas revalidações de acordo com a Portaria 485/9.

#### **Âmbito Internacional**

- Participação na elaboração de disposições legais associadas aos Regulamento EASA;
- Prestador de Serviços para a EASA na realização de auditorias para aprovação de Organizações de Projecto (DOA's) e investigações técnicas no âmbito de pequenas Modificações e Reparações;
- Integração de equipas multinacionais de inspecção da EASA para análise e avaliação da organização e procedimentos às entidades congéneres.

### **2.4 Licenciamento de Empresas**

A actividade de Licenciamento de Empresas aumentou a sua intervenção de acompanhamento e monitorização das empresas existentes em 14% face a 2005, tendo efectuado um total de 90 processos de análise. Evolução positiva que compensou em parte o decréscimo de 45% das auditorias realizadas, as quais em 2006 ascenderam a 11 acções.

Evolução das Actividades	2004	2005	2006
Licenças de transporte e trabalho aéreo			
Concessão	4	1	0
Alteração	2	4	1
Suspensão / Cancelamento	0	2	0
Revisão / Prorrogação	2	0	2
Processos iniciados não concluídos	0	0	12
Acompanhamento económico-financeiro	19	32	41
Processos de contra-ordenação			
Autorizações a não nacionais (art.5.º, Dec.Lei n.º 172/93)	19	24	22
Fotografia / filmagem aérea	-	18	15
Combate a incêndios	-	2	3
Lançamento de paraquedistas	-	2	2
Outras actividades	-	2	2
Autorizações de contratos de leasing (longa duração)			
Wet Lease			
In - Operadores nacionais	33	8	7
Out - Operadores não nacionais	50	19	20
Dry Lease			
In - Operadores nacionais	1	1	2
Out - Operadores não nacionais	0	0	1
Detecção e vigilância e Fogos Florestais			
Aeroclubes	18	18	15
Aeronaves	31	32	25
Assistência em escala			
Self-Handling / Prestação de Serviços a Terceiros			
Licenças válidas	925	945	526
Concessão	20	400	162
Verificações técnicas	30	20	11
Uníverson de Empresas de Assistência em Escala	5	52	44
Acompanhamento económico-financeiro aos prestadores serviços	47	47	49
Aprovação / revisão de manuais de assistência em escala	-	24	29
Aprovação de cursos formação de assistência em escala	-	10	12
Processos de contra-ordenação	4	2	4

As autorizações de trabalho aéreo emitidas ao abrigo do Art.5.º do Dec.Lei n.º 172/93, de 11 de Maio, conforme se constata do quadro apresentado, correspondem na sua maioria a fotografia e filmagem aérea.

Salienta-se relativamente aos contratos de locação autorizados pelo INAC, que estes são na generalidade de operadores não nacionais.

De referir, relativamente à Assistência em Escala, que ocorreu uma diminuição do número de licenças válidas, bem como das empresas a operarem no mercado, decorrente da saída de actividade de alguns operadores e concentração dos serviços nas escalas mais rentáveis. Verificou-se ainda uma concentração de empresas, o que teve como consequência a maximização da respectiva quota de mercado, sendo que, no final de 2006, estavam licenciadas 44 empresas, as quais detinham 526 licenças.

Observou-se também, a existência de uma tendência para os operadores aéreos optarem por efectuar a assistência em escala em outsourcing, em particular, os que actuam em regime de low cost, cujas operações de assistência em terra são asseguradas por empresas de handling fornecedoras de pacotes completos de serviços.

No desenvolvimento das actividades destacam-se os diversos trabalhos:

#### **Âmbito Nacional**

- Inclusão temporária de reforço de frota para a campanha de combate a incêndios florestais, que representou 76% do total das inclusões temporárias realizadas no ano;
- Projecto de Regulamento para estabelecimento dos requisitos de acompanhamento e verificação da capacidade financeira no âmbito da certificação de TRTO's, FTO's e MTO's;
- Implementação de base de dados para registo, suporte e acompanhamento da capacidade financeira dos operadores (SIGEF);
- Desenvolvimento de iniciativas e participação em reuniões com vista à revisão da Portaria n.º 342/2005, de 01 de Abril, relativa à homologação de cursos de formação profissional de Assistência em Escala e emissão dos respectivos CAP's.

#### **Âmbito Internacional**

- Participação em reuniões / grupos de trabalho, sob o tema "Fractional Ownership" da ECAC, com o objectivo de se obter uma base de entendimento comum entre os estados membros relativamente à propriedade partilhada de aeronaves;
- Integração de reuniões do "Ad Hoc Insurance", no âmbito dos trabalhos da UE, com o objectivo de monitorizar o mercado de seguros e relações entre os vários "stakeholders", tendo em vista o enquadramento das coberturas de riscos associados a "dirty bombs";
- Iniciado o processo de implementação de auditorias ao nível de "safety" aos operadores de "handling", com base no projecto de "Safety Management System" da ICAO.

## 2.5 Pessoal Aeronáutico

Conforme expresso no âmbito da actividade de aeronavegabilidade, tem-se assistido nos últimos anos, designadamente, desde Setembro de 2003, à transição de responsabilidades para a EASA, a qual envolveu também matérias inerentes ao Licenciamento de Pessoal e Formação.

As actividades que transitaram para a EASA foram:

- Aprovação de organizações de formação de pessoal de certificação de manutenção localizadas fora da UE;
- Avaliação e aprovação de protótipos de simuladores – Full Flight Simulators.

No ano de 2006, o Licenciamento de Pessoal e Formação levou a cabo 23 auditorias, o que correspondeu a uma evolução de cerca de 90% face ao ano anterior. Este crescimento foi acompanhado por uma evolução positiva de licenciamentos (+116) e de exames realizados (+1.671), o que correspondeu a uma variação percentual, respectivamente, de 2% e 57%.

A nova metodologia de realização de exames para pilotos e OOV, introduzida pelo INAC em 2006, com uma evolução de 5 para 10 épocas anuais, teve inerente a implementação do programa SEAC (Sistema de Exames Assistidos por Computador), o que possibilita uma gestão mais adequada por parte das Organizações de Formação na apresentação dos seus alunos a exames, nos termos da legislação em vigor .

Saliente-se no entanto, que o INAC embora tenha operacionalizado o SEAC em 2006, o mesmo não está totalmente efectivado, decorrente de constrangimentos diversos ao nível dos espaços disponíveis para a realização de exames e aos meios técnicos necessários. Neste contexto, o aumento do número de épocas de exames levou a que se tivesse de recorrer ao arrendamento de salas no exterior e à continuação da aplicação de exames em papel.

Passados quase três anos sobre a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 17/A/03, de 16 de Janeiro, continua a assistir-se a uma diminuição efectiva de emissões de licenças de pilotos JAR-FCL emitidas pelo INAC. Por outro lado, face ao número de examinadores nomeados, estes no âmbito das suas atribuições, podem proceder a revalidações de qualificações já averbadas na licença sem a intervenção directa deste Instituto.

Evolução das Actividades	2004	2005	2006
Certificação de Organizações de Formação	3	6	4
FTO's	3	1	0
TRTO's	0	4	2
MTO's	0	0	1
RF's	0	1	1
Supervisão de Organizações de Formação	3	0	7
FTO's	3	0	3
TRTO's	0	0	2
MTO's	0	0	2
RF's			
PU's			
Emissão de autorizações de experiência recente e autorizações Dec.Lei n.º 17/A	201	149	108
Emissão de licenças pilotos	5.250	3.797	3.768
Emissão de licenças TMA	1.083	1.279	1.483
Validações de licenças	377	128	132
N.º de Validações Emitidas por Operador	38	30	63
1.ªs Licenças emitidas	611	886	985
Pilotos Não Profissionais	152	220	183
Pilotos Profissionais	360	174	218
JAR - FCL	99	99	401
TMA's / ICAO e Part 66		393	183
1.ª Emissão de Licenças Não Profissionais	162	220	183
Piloto Balões	1	4	0
Piloto Planador	13	11	15
Piloto Particular de Aeronaves	71	107	99
Piloto Particular de Helicopteros	2	5	2
Ultra-Leve com motor	75	93	67
1.ª Emissão de Licenças Profissionais	360	174	218
Piloto Comercial de Aeronaves	136	93	124
Piloto Comercial de Helicopteros	13	7	14
Piloto de Linha Aérea de Aviões	192	66	52
Piloto de Linha Aérea de Helicopteros	10	3	1
Oficial de Operações de Voo	9	3	26
Técnico de Voo	0	2	1
1.ª Emissão de TMA's	99	492	624
CAT I	12	0	0
CAT II	87	99	41
PARTE 66	0	393	583
Revalidações de Licenças Não Profissionais	752	450	593
ULM	173	217	158
PP	56	31	42
PPA	501	183	370
PPH	16	19	21
PB	6	0	2
Revalidações de Licenças Profissionais	2.336	1.409	1.652
PCA	955	677	719
PCH	189	144	132
PLAA	1.024	532	701
PLAH	83	38	97
TV	34	17	2
OOV	51	1	1
Revalidações de Licenças TMA's	444	357	271
CAT I	17	1	0
CAT II	427	356	271
N.º Total de Revalidações de Licenças/Reemissões	3.532	2.222	3.817
Pilotos Não Profissionais	752	456	174
Pilotos Profissionais	2.336	1.409	1.409
TMA'S	444	357	2.234
N.º de Averbamentos de Qualificações em Licenças Não Profissionais	152	108	133
ULM	115	61	63
PB	0	0	0
PP	7	8	14
PPA	26	36	56
PPH	4	3	0
N.º de Averbamentos de Qualificações em Licenças Profissionais	637	751	989
PCA	336	421	517
PCH	44	61	56
PLAA	253	259	401

Evolução das Actividades	2004	2005	2006
Emissão de cartões/aluno	641	551	729
Abertura de cadernetas	519	460	608
Emissão de certificados	150	686	225
Realização de exames	2.884	2.924	4.595
Exames por Tipo			
Exames Práticos	18	23	47
Repetições	2.041	1.955	3.187
Revisões	67	92	87
Exames Práticos	379	376	496
Outros	379	478	778
N.º de Autorizações de Examinadores			
Emitidas / Reemitidas	38	30	64
Supervisão de Examinadores	5	26	61
Revisões aos manuais	23	19	26
FTO's	23	12	15
TRTO's	0	7	9
MTO's	0	0	2
Avaliação Anual de Dispositivos Artificiais de Treino	5	10	11
FSTD / Operador	1	2	3
FNPT's I e II / Operador	4	8	8

No desenvolvimento das actividades destacam-se diversos trabalhos:

#### **Âmbito Nacional**

- Revisão, finalização e aprovação de três regulamentos relativos às organizações de formação de pilotos profissionais e não profissionais complementares do Decreto-Lei nº 17-A/2004:
  - Autorização e registo de organizações de formação de pilotos particulares (RF);
  - Emissão e revalidação de certificados de organizações de formação de pilotos profissionais (FTO);
  - Emissão e revalidação de certificados de organizações de formação de qualificações de tipo de pilotos profissionais (TRTO).
  
- Transferência da maioria das licenças nacionais ICAO de pilotos particulares (A e H) para Licenças JAR-FCL;
  
- Conclusão do processo de conversão das licenças ICAO de TMA's de técnicos de certificação, em licenças Part 66, acima dos 5.700kg, nos termos do Regulamento UE nº 2042/2003;
  
- Continuação do processo de conversão das restantes licenças ICAO de TMA's que não sejam de pessoal de certificação, e que reúnam as condições para a obtenção de licenças Parte 66;

- Criação de um banco nacional de perguntas para pilotos particulares de avião, helicópteros, ultraleves, planadores e de balão;
- No âmbito do Projecto SINAC, desenvolvimento e ultimateção de aplicação informática para gestão dos processos de licenciamento e complementarmente, por via da aplicação SEAC, desenvolvimento dos procedimentos automáticos de gerar e controlar exames;
- Início da realização de exames assistidos por computador;
- Organização de 4 seminários com examinadores e candidatos, com o objectivo de uniformização de procedimentos e critérios;
- Realização de reuniões tripartidas com organizações sindicais para análise dos Certificados de Aptidão Profissional – CAP – TMA/MA (INAC/SIP/CGTP/UGT);
- Certificação e supervisão das organizações de formação profissional;
- Nomeação e supervisão de examinadores JAR-FCL;
- Revisão de Protocolo com a FAP, para a obtenção de licenças e CAP's.

### **Âmbito Internacional**

- Reuniões do JAA – Joint Aviation Authorities:
  - Licensing Sectorial Team;
  - Steering Group FSTD (Full Simulator Training Devices);
  - Organização em Portugal de uma das reuniões do Steering Group FSTD, integrada em Workshop sobre tecnologias, realizado com a indústria (com o patrocínio do JAA).
- Reuniões no âmbito da actividade da EASA;
  - Com Estados membros relativas às Partes 66 e 147;
  - Organização de Workshop (INAC/APPLA) sobre as regras de transição do JAA para a EASA - JAR-OPS (Operações) e JAR-FCL (Licenciamento) - (com o patrocínio da EASA);
  - Produção de relatórios de actividade - Conversão de licenças ICAO para Licenças Parte 66; Remoção de limitações ao abrigo do Regulamento nº 2420/2003 e Créditos de formação básica, nos termos do Regulamento nº 2042/2003.

## 2.6 Medicina Aeronáutica

A actividade do INAC na vertente de medicina aeronáutica caracteriza-se por duas áreas latas de intervenção, a saber, no âmbito da regulamentação e certificação da actividade e, como prestador de serviços de análise e verificação da conformidade do pessoal aeronáutico face aos padrões definidos para a certificação.

O INAC, como prestador de serviços, não é detentor do monopólio de realização de exames ao pessoal aeronáutico, coexistindo com 4 centros certificados por este Instituto. Em 2006, o INAC foi responsável pela realização de 55% do total dos exames efectuados ao sector, percentagem esta que tem vindo a diminuir nos últimos anos (em 2004 – 62%).

Não obstante o exposto, o número de exames realizados pelo INAC evoluiu positivamente no último exercício económico, sendo de destacar que, atendendo à natureza da actividade do Instituto, o mesmo é usualmente procurado para análise e verificação de situações com maior complexidade.

Evolução das Actividades	2004	2005	2006
Centros de Medicina Aeronáutica	5	5	5
Médicos certificados para Medicina Aeronáutica	60	60	60
Certificados médicos			
Emitidos	943	2.629	3.689
Exames Realizados			
Classe I	1.626	1.575	1.626
Classe II	413	354	379
Classe III	54	26	4
1.ª Vez	158	129	127
Exames médicos			
Universo	3.617	3.595	3.857
INAC	2.251	2.084	2.136
Restantes Centros de Medicina Aeronáutica	1.366	1.511	1.721
Quota mercado INAC	62%	58%	55%

Apesar de não ter sido possível realizar o trabalho de investigação planeado, decorrente de constrangimentos orçamentais, é intenção do INAC manter a política de actualização técnico-profissional dos trabalhadores, incrementando a actividade académica e científica, de valorização pessoal e profissional, incentivando-os na divulgação de boas práticas profissionais e intercâmbio com instituições congéneres.

No desenvolvimento das actividades destacam-se diversos trabalhos:

### **Âmbito Nacional**

- Organização e realização da Reunião Anual de AME's;
- Organização do Curso Avançado de Medicina Aeronáutica / Formação para AME's;
- Participação como orador no Curso de Medicina Aeronáutica da Força Aérea Portuguesa, representando a Medicina Aeronáutica - Certificação do INAC;
- Colaboração como orador no Curso de Medicina das Viagens do Instituto de Higiene e Medicina Tropical.

### **Âmbito Internacional**

- Orador no Curso Avançado de Medicina Aeronáutica, promovido pela Autoridade Aeronáutica Irlandesa – Dublin;
- Participação em eventos promovidos por instituições congéneres:
  - 6ª APHI Working Group – Pandemic Influenza – Paris;
  - ECAC – Paris;
  - Agenda Meeting for LSST(M) – Paris;
  - 77th Annual Scientific Meeting – ASMA – Orlando;
  - JAA – Licensing Sub-Sectorial Team (Medical) – Budapeste;
  - JAA – Licensing Sub-Sectorial Team (Medical) – Lisboa;
  - III Congresso Brasileiro de Medicina Aeroespacial e I Encontro Luso-Brasileiro de Medicina de Aviação - S. Paulo;
  - Association of Aviation Medical Examiners - Londres;
  - Sociedade Espanhola de Medicina Aeronáutica e Espacial – Madrid;
  - IATA – Cabin Health – Genebra.

## 2.7 Regulação Económica

O INAC, como entidade reguladora da Aviação, é recorrentemente chamado a intervir em diversos aspectos legais, organizacionais e de supervisão e monitorização do sector.

Em matéria de regulação económica, a actividade de 2006 caracterizou-se por um aumento significativo das solicitações de intervenção.

O acompanhamento e monitorização de empresas teve uma evolução de 17%, atingindo um valor de 276 iniciativas desenvolvidas. Paralelamente, o número de autorizações a operadores aéreos cresceu 26%, atingindo 5.061 processos.

No decorrer do ano ocorreram diversos desenvolvimentos ao nível da reorganização da aviação a nível Europeu e Internacional; foram iniciados os trabalhos de preparação da Presidência Portuguesa da União Europeia a realizar no 2.º semestre de 2007; realizaram-se diversos desenvolvimentos no âmbito dos acordos bilaterais entre Estados por força da intensificação nas iniciativas europeias ambientais, além de outras acções nacionais e internacionais de carácter diverso, havendo um incremento bastante significativo das reuniões celebradas quer a nível interno, quer internacional, as quais, de forma global, de 2004 para 2006 triplicaram em número.

Quanto à protecção dos direitos dos passageiros do transporte aéreo, é de destacar que por força da implementação do Regulamento 261/2004, de 11 de Fevereiro e das disposições constantes do Decreto-Lei N.º156/2005, de 15 de Setembro, relativamente ao Livro de Reclamações, houve um acréscimo extraordinário do número de reclamações recebidas em 2006, as quais atingiram um total de 5.444, tendo sido concluídos apenas 602 processos, decorrente de diversos constrangimentos operacionais.

Evolução das Actividades	2004	2005	2006
Alocação de Slot's	225.033	243.951	282.674
Acompanhamento / Monitorização de Empresas	215	235	276
Reclamações relativas ao Sector			
Recebidas	282	511	5.444
Resolvidas	114	205	602
Pendentes, fim de período	168	474	5.316
Emissão / Concessão de Autorizações	3.867	4.031	5.061

No desenvolvimento das actividades destacam-se diversos trabalhos:

### **Âmbito Nacional**

- Integração de Grupos de Trabalho:
  - Para concepção de um modelo de regulação económica para os aeroportos nacionais (INAC/ANA/NAER);
  - Visando a criação de um diploma legal sobre a publicidade das tarifas aéreas de passageiros (Secretarias de Estado das Obras Públicas e Comunicações e da Economia e da Inovação/INAC/outras entidades e intervenientes);
  - Processo de prorrogação do adicional ao Protocolo de Cooperação sobre Atribuição de Faixas Horárias (INAC/ANA/TAP);
  - Revisão do Sistema Aeroportuário dos Açores (obrigações de serviço público para as ligações entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira) (Secretaria de Estado das Obras Públicas e Comunicações/INAC/outras entidades e intervenientes);
  - Revisão do Decreto-Lei nº138/99, de 23 de Abril - Obrigações de serviço público e as ajudas de Estado (Secretaria de Estado das Obras Públicas e Comunicações/INAC/outras entidades e intervenientes);
  - Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde;
  - Avaliação dos procedimentos para autorizações de sobrevoo e aterragem em território nacional;
  - Preparação da Presidência Portuguesa (MOPTC/MNE/INAC).
  
- Emissão de estudos e pareceres sobre:
  - Taxas de controlo terminal nos aeroportos do Continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira - proposta da NAV, E.P.E - Portaria nº477-A/2006, de 25 de Maio;
  - Taxas de tráfego nos aeroportos do Continente e da Região Autónoma dos Açores – proposta da ANA, S.A. - Portarias n.º 416-A/2006 e n.º 504/2006 respectivamente de 28 de Abril e 31 de Maio de 2006;

- Actualização das taxas de tráfego, das taxas de ocupação e das taxas de assistência em escala no aeródromo de Cascais – proposta ARCASCAIS;
- Actualização das taxas de ocupação de espaços em Estações de Telecomunicações Aeronáuticas exploradas pela NAV Portugal, E.P.E.;
- Proposta de Regulamento visando a implementação de um sistema comum para a determinação das taxas de navegação aérea (Taxas de Rota e Controlo Terminal);
- Tarifas em termos de preços e das respectivas condições de aplicação para países terceiros;
- Custos do INAC imputáveis à actividade de navegação aérea em rota, com vista à constituição da base nacional dos custos unitários afectos à actividade de navegação aérea em rota;
- Quantitativos de taxas de assistência em escala e de taxas de ocupação nos aeroportos do Continente e da Região Autónoma dos Açores;
- Programas de Exploração dos serviços aéreos regulares e não regulares de transportadoras aéreas nacionais e de países terceiros em rotas extra comunitárias;
- Programas de exploração dos serviços aéreos em rotas sujeitas à imposição de obrigações modificadas de serviço público;
- Processo de reserva de faixas horárias em rotas de obrigações de serviço público;
- Programas de Exploração das transportadoras aéreas em rotas de obrigações de serviço público para os Açores e Madeira;
- Condições de exploração dos serviços aéreos regulares nas ligações aéreas entre o Funchal e o Porto Santo, visando a transição do regime de “subsídio ao preço do bilhete” para o de “compensação financeira”;
- Projecto de Comunicação da Comissão visando a implementação de uma sobretaxa de combustível, para obviar o aumento do combustível, nos serviços aéreos regulares entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira e entre o Funchal e o Porto Santo;

- Alteração legislativa tendente à actualização / alteração das tarifas de passageiros e das tarifas máximas de carga dos serviços aéreos regulares entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira, tendo por base as obrigações de serviço público;
- Cumprimento dos diversos contratos de obrigações modificadas de Serviço Público existentes a nível nacional.
- Realização de um inquérito de satisfação dos passageiros dos serviços aéreos regulares entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira e entre o Funchal e o Porto Santo;
- Conclusão do concurso público para adjudicação dos serviços aéreos regulares entre Lisboa e o Nordeste Transmontano e a assinatura do respectivo Contrato de Concessão;
- Reuniões com o Instituto do Ambiente, visando a concertação da posição nacional sobre o dossier inclusão da aviação civil no comércio europeu de licenças de emissões;
- Participação, análise e resposta no âmbito de diversos processos de articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros:
  - Processos negociais de relações aeronáuticas bilaterais com países terceiros;
  - Voos ilegais da CIA.

### **Âmbito Internacional**

- Revisão dos Regulamentos Comunitários - CE 2407, 2408, 2409, de 1992, relativos, respectivamente, à concessão de licenças às transportadoras aéreas, acesso das transportadoras aéreas comunitárias às rotas aéreas intracomunitárias e tarifas aéreas de passageiros e carga;
- Acordos bilaterais:
  - Negociação e formalização de acordos bilaterais com diversos países terceiros - Argentina, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe;
  - Negociação de acordos bilaterais com diversos países terceiros, cujo desfecho não foi conclusivo, não obstante tenham sido formalizados acordos parcelares de compromisso - Brasil, Nigéria, Canadá, Moçambique;

- Encetamento e desenvolvimento de negociações com objectivo de revisão e formalização de acordos bilaterais com diversos países terceiros, cujo desfecho não foi conclusivo e não houve desenvolvimentos face ao ponto de partida das conversações – Angola e Marrocos.
- Integração de Grupos de Trabalho:
  - Enquadramento normativo para as emissões do transporte aéreo internacional, quer a nível comunitário quer internacional (Grupo Bunkers);
  - Programa Europeu para as Alterações Climáticas – Bruxelas (Grupo Aviação da Comissão Europeia).
- Participação nos Grupos do Conselho da União Europeia e de peritos da Comissão Europeia, apresentando o posicionamento de Portugal relativamente às matérias abordadas, para o GAERE, GAE/MNE e REPER, no âmbito dos seguintes dossiers comunitários:
  - Open Aviation Area (UE/EUA);
  - Sobrevoos da Sibéria (UE/Rússia);
  - Espaço de Aviação Comum Europeu – EACE (UE/Países Balcãs);
  - Acordo Horizontal e Acordo Euro-Mediterrânico (UE/Marrocos);
  - Acordo global (UE/Ucrânia);
  - Comité Conjunto do Acordo relativo ao Espaço de Aviação Comum Europeu – EACE;
  - Comité Consultivo de Acesso ao Mercado.
- Participação na preparação de 4 Conselhos de Ministros dos Transportes da U.E, tendo subjacentes os temas:
  - Segurança Aérea;
  - Céu único e gestão do tráfego aéreo;
  - Protecção do ambiente;
  - Relações externas;
  - Mercado interno.



- Emissão de estudos e pareceres sobre:
  - Dossiers comunitários que deverão constar do Programa de Trabalhos da Presidência Portuguesa – 2º Semestre de 2007;
  - Comunicação da Comissão “Logística no transporte de mercadorias na Europa – A chave para a mobilidade sustentável”;
  - Revisão intercalar do Livro Branco da Comissão sobre a estratégia da política de transportes no horizonte 2010;
  - Livro Verde – Estratégia Europeia para uma energia sustentável, competitiva e segura;
  - Posição dos Estados Unidos da América quanto à proposta da Comissão tendente à criação de um sistema comum de taxas para os serviços aéreos;
  - Negociações levadas a cabo pela Comissão Europeia com países terceiros, com vista à conclusão de trabalhos sobre certas disposições dos acordos aéreos à luz do “mandato horizontal”;
  - *Guidelines* da Comissão sobre o procedimento dos ONR quanto à aplicação das disposições do artigo 16º, definição das circunstâncias extraordinárias, do direito à assistência, de reembolso, compensação atribuída em países terceiros e questões específicas de cada Estado-Membro;
  - Oferta de Serviços no âmbito do Anexo de serviços de transporte aéreo do GATS.
  
- Reuniões, conferências e outros eventos:
  - Participação em 2 Conferências promovidas pela Comissão Europeia com os Organismos Nacionais Responsáveis pela execução do Regulamento (CE) nº261/2004, de 11 de Fevereiro - Bruxelas;
  - Participação em Workshop para a discussão dos principais aspectos a serem tidos em consideração na revisão do Regulamento nº261/2004, de 11 de Fevereiro - Londres;
  - Participação no Workshop “Global Air Transport Outlook Conference” - Montreal;

- “Development Forum Maximizing Civil Aviation Economic Contribution”  
ICAO/ATAG/WB – Montreal.
- Preparação de um “guião informativo” relativamente à política externa da Comunidade em matéria de serviços aéreos, no âmbito da Presidência Portuguesa.

## 2.8 Facilitação e Segurança

Considerando a existência de diversos condicionalismos de que esta área de intervenção foi objecto, destacam-se como factos positivos a participação como auditores em equipas internacionais, assumindo inclusive a qualidade de Auditor Coordenador, a adopção e a compatibilização de procedimentos nacionais com as recentes normas de regulamentação europeia, a participação na auditoria conjunta da ICAO e da ECAC a Portugal.

De modo geral, decorrente das limitações operacionais vividas em 2006, a actividade desenvolvida caracterizou-se por um decréscimo significativo das acções, designadamente ao nível das auditorias e inspecções realizadas e participação em iniciativas do sector.

Não obstante o exposto, considerando os recursos existentes, não deixou no entanto de se desenvolver um conjunto importante de intervenções de facilitação e segurança nas diversas áreas de operação.

Evolução das Actividades	2004	2005	2006
Incidentes Reportados	4.745	4.319	3.784
Ameaças de Bomba	4	0	0
Passageiros inadmissíveis	4.318	4.146	3.590
Passageiros desordeiros	53	4	9
Furtos	1	2	1
Procedimentos irregulares	5	167	184
Outros	364	0	0
Pessoal certificado	1.007	1.269	404
Auditor de segurança	18	3	0
Formador de segurança	14	5	0
Gestor de segurança	92	22	0
Supervisor de segurança	21	290	67
Supervisor de RX	37	0	0
Elemento de segurança	264	829	337
Operador de RX	561	120	0

No desenvolvimento das actividades destacam-se diversos trabalhos:

### **Âmbito Nacional**

- Participação em reuniões e iniciativas do Gabinete Coordenador de Segurança do Ministério da Administração Interna;
- Desenvolvimento de diversos instrumentos de suporte à facilitação e segurança do sector:
  - Programa de Segurança de Agente Reconhecido (PSAR);
  - Guia de Elaboração do Programa de Segurança de Agente Reconhecido;
  - Guia de Análise Formal do Programa de Segurança de Agente Reconhecido;
  - Guia de Análise de Conteúdo do Programa de Segurança de Agente Reconhecido;
  - Programa de Segurança de Empresa Aérea (PSEA);
  - Guia de Elaboração do Programa de Segurança de Empresa Aérea;
  - Estabelecimento de medidas com o objectivo de atenuar o risco de introdução de explosivos líquidos a bordo de aeronaves, decorrente da entrada em vigor do Regulamento (CE) N.º 1546/2006 da Comissão, de 4 de Outubro de 2006.
- Organização do Workshop sobre o tema da Condução de Testes de Segurança do qual Portugal foi o anfitrião.

### **Âmbito Internacional**

- No âmbito do supracitado Programa da ICAO, o INAC participou em diversas auditorias:
  - Argentina e Uruguai, na qualidade de Auditor Coordenador;
  - Inspeção da Comissão Europeia ao Aeroporto de Roma;
- Participação nas *task forces* técnicas e de formação da ECAC;
- Participação no Comité de Segurança da Comissão Europeia, assim como intervenção em vários grupos de trabalho de apoio a este Comité;
- Colaboração no Comité Orientador para a implementação do sistema de formação on-line da ECAC/EASTI.

## 2.9 Registo Aeronáutico Nacional

A par com o exposto anteriormente, designadamente em termos de enquadramento da evolução nacional do sector da aviação civil, o INAC é responsável pelo Registo Aeronáutico Nacional, tratando-se da única Conservatório desta natureza a nível nacional.

Evolução das Actividades	2004	2005	2006
<b>Registos Aeronáuticos</b>	<b>1.014</b>	<b>1.060</b>	<b>1.107</b>
Aviões	551	577	610
Helicopteros	55	57	57
Planadores	36	34	32
Ultra-Leves	317	333	347
Balões	33	34	34
Giroplanos	1	1	1
Avião Experimental	21	24	26
<b>Abates</b>	<b>23</b>	<b>28</b>	<b>26</b>
Aviões	12	20	13
Helicopteros	9	5	9
Planadores	0	2	2
Ultra-Leves	1	1	2
Balões	1	0	0
Giroplanos	0	0	0
Avião Experimental	0	0	0
<b>Alterações de Propriedade</b>	<b>166</b>	<b>166</b>	<b>203</b>
Aviões	123	126	159
Helicopteros	10	6	1
Planadores	6	0	3
Ultra-Leves	22	33	38
Balões	3	1	1
Giroplanos	0	0	0
Avião Experimental	2	0	1
<b>Novos Registos Aeronáuticos</b>	<b>54</b>	<b>74</b>	<b>73</b>
Aviões	29	46	46
Helicopteros	3	7	9
Planadores	1	0	0
Ultra-Leves	17	17	16
Balões	3	1	0
Giroplanos	0	0	0
Avião Experimental	1	3	2
Registo de hipotecas de aeronaves / motores	11	4	8
Cancelamento de hipotecas de aeronaves / motores	7	2	17
<b>Certificados de Navegabilidade</b>	<b>1.331</b>	<b>1.393</b>	<b>1.107</b>
Válidos	742	790	827
Aviões	349	379	411
Helicopteros	40	42	39
Planadores	17	15	13
Ultra-Leves	317	333	347
Balões	11	12	10
Giroplanos	0	0	0
Avião Experimental	8	9	7
<b>Expirados</b>	<b>589</b>	<b>603</b>	<b>280</b>
Aviões	202	198	199
Helicopteros	15	15	18
Planadores	19	19	19
Ultra-Leves	317	333	0
Balões	22	22	24
Giroplanos	1	1	1
Avião Experimental	13	15	19

Evolução das Actividades	2004	2005	2006
<b>Emissão de Certificados pelo RAN</b>	<b>577</b>	<b>717</b>	<b>853</b>
Certidões comprovativos de actos de registo	116	105	259
Certificado de matrícula	199	229	240
Certificado de navegabilidade	48	119	137
Certificado de fabrico	0	0	1
Certificado de ruído	27	45	48
Certificado de voo (ultra-leves)	40	62	56
Certificado de navegabilidade para exportação	10	18	14
Certificado de JAR / Parte 145	64	71	11
Certificado de DASM / Parte M Subparte G	41	34	61
Certificado de abate ao RAN	32	34	26
<b>Diário de Navegação</b>	<b>374</b>	<b>618</b>	<b>696</b>
Caderneta Técnica (aeronave, motor, hélice e rotor)	324	437	378
Licenças de radiocomunicações de bordo	377	383	408
Licenças provisórias de voo	106	118	82

Não obstante os dados do Registo Aeronáutico Nacional serem públicos, no decorrer de 2006 foram criados mecanismos de agilização de partilha de informação com a Polícia Judiciária e Direcção Geral de Contribuições e Impostos.

Em termos operacionais, no decurso de 2006, foram instruídos 349 pedidos de actos de registo e emitidas cerca de 259 certidões comprovativas de actos de registo.

No desenvolvimento das actividades destaca-se a informatização do registo aeronáutico nacional através de uma base de dados criada para o efeito.

## 2.10 Assuntos Jurídicos, Regulamentação e Qualidade

À semelhança de anos anteriores, o INAC como Entidade Reguladora do Sector da Aviação Civil, emitiu diversos diplomas legais e disposições regulamentares, os quais na sua maioria e de acordo com a natureza foram anteriormente identificados nas áreas de actuação do Instituto.

A saber e em síntese:

Diploma	Estado em 31/Dezembro/2006
→ Decreto-Lei n.º 40/2006, de 21 de Fevereiro transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva 2004/36/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril de 2004 relativa à segurança das aeronaves de países terceiros que utilizem aeroportos comunitários	Publicado

Diploma	Estado em 31/Dezembro/2006
→ Projecto de Decreto-Lei infra-estruturas aeronáuticas	A aguardar publicação
→ Projecto de Decreto-Lei de alteração ao diploma dos ultraleves	A aguardar publicação
→ Dois projectos de Decretos-Lei e Lei de autorização legislativa sobre alargamento da idade dos pilotos	A aguardar publicação
→ Projecto de Decreto-Lei de revisão do regime de atribuição de faixas horárias	A aguardar publicação
→ Projecto de Decreto-Lei sobre sinalização de obstáculos à navegação aérea – Anexo 14 ICAO	Em consulta pública
→ Projecto de Decreto-Lei sobre Código de Registo Aeronáutico	Em consulta pública
→ Projecto de Decreto-Lei de revisão do regime das obrigações de serviço público	Em consulta pública
→ Projecto de Decreto-Lei - alteração do regime de transporte aéreo regular internacional	Em consulta pública
→ Revisão do Decreto-Lei sobre tempos de voo	A remeter ao Gabinete SEAOPC
→ Projecto de Decreto-Lei sobre transporte aéreo intracomunitário	A remeter ao Gabinete SEAOPC
→ Projecto de Decreto-Lei sobre licenciamento de controladores de tráfego aéreo e certificação das respectivas organizações de formação – transposição de Directiva	A remeter ao Gabinete SEAOPC

De destacar ainda, pela sua importância na evolução das actividades do INAC a preparação e revisão dos novos Estatutos do INAC, em colaboração activa com o Gabinete SEAOPC, aguardando-se publicação.

Decorreram outras iniciativas legislativas, cujos trabalhos não foram concluídos até ao final do ano, designadamente e a título exemplificativo, o regime sancionatório da taxa de segurança.

Quanto aos diversos Regulamentos de suporte à actividade, destacam-se:

Regulamentos	Estado em 31/Dezembro/2006
→ Três regulamentos relativos às organizações de formação de pilotos profissionais e não profissionais complementares do Decreto-Lei nº 17-A/2004 (RF's, FTO's e TRTO's)  (Regulamento Nº15/2006, de 22 de Março) (Regulamento Nº149/2006, de 22 de Agosto)	2 publicados 1 aguarda publicação
→ Regulamento referente à construção, certificação e operação de aeronaves ultraleves  (Regulamento Nº164/2006, de 8 de Setembro)	Publicado
→ Regulamento relativo a operações ETOPS	Aguarda publicação

Com base na actividade operacional das áreas técnicas, em 2006 foram instaurados pelo INAC 173 processos de contra-ordenação, o que representa um crescimento face ao ano anterior em cerca de 30%.

Evolução das Actividades	2004	2005	2006
Contra Ordenações	106	130	173

No decorrer de 2006, o INAC recepcionou 5 reclamações relativas ao seu funcionamento, as quais foram na totalidade analisadas e objecto de tratamento adequado, o que reflecte uma melhoria face a anos anteriores.

Evolução das Actividades	2004	2005	2006
Reclamações sobre o funcionamento do INAC			
Recebidas	9	9	5
Resolvidas	2	0	5

Complementarmente às actividades supracitadas, evidenciam-se outros desenvolvimentos inerentes à organização interna do INAC e à participação em iniciativas internacionais:

### **Âmbito Interno**

- Processo de “simplificação legislativa e administrativa”;
- Instituição de manuais de procedimentos e mecanismos de controlo e aplicação;
- Elaboração e revisão dos manuais de procedimentos associados a diversas áreas de intervenção da Aeronavegabilidade, Pessoal Aeronáutico e Operações:
  - Procedimentos internos;
  - Recrutamento e formação.
- No âmbito da Implementação de um Sistema de Qualidade, desenvolvimento de:
  - Procedimento normalizado para elaboração e revisão de regulamentos técnicos do INAC;
  - Procedimento de gestão de reclamações dirigidas ao INAC.
- Participação em Grupo de Trabalho do MOPTC com vista à definição de um “*Tableau de Bord*” de indicadores de gestão para o INAC.

### **Âmbito Internacional**

- Acompanhamento do processo de alterações ao Regulamento CE nº 1592/2002 do Conselho e do Parlamento, alargando o âmbito da EASA às áreas de operações e licenciamento de pessoal;
- Reuniões no âmbito de desenvolvimento de projectos de regulamentação a nível da EASA e implementação dos existentes – INAC/ EASA-AGNA;
- Participação na Conferência de Directores-Gerais sobre Estratégia Global de Segurança Operacional – ICAO;
- Reuniões dos coordenadores nacionais do Programa SOAP da ICAO - EASA;
- Participação na conferência internacional FAA/JAA/EASA - Portland;
- Organização do “Workshop - EASA Standardization Inspection” - INAC/EASA.

## 2.11 Documentação e Informação

Ao INAC incumbe, no âmbito das actividades, prestar apoio documental, informativo e técnico aos vários utilizadores do universo aeronáutico, designadamente aos profissionais que operam no âmbito do transporte e navegação aérea, entidades aeroportuárias, investigadores e público em geral. Neste contexto o INAC possui um Centro de Documentação e Informação com uma longa tradição, o qual se caracteriza por ser um repositório da maioria da informação produzida a nível nacional e internacional pelo sector e para a apoio a este.

Em 2006, a actividade do Centro de Documentação e Informação caracterizou-se por um aumento da procura ao mesmo:

Evolução das Actividades	2004	2005	2006
Consultas na biblioteca	4.744	4.520	7.096
Leitores internos	837	631	1.125
Leitores externos	1.120	1.050	1.360
Consultas telefónicas	2.787	2.839	4.611
Emissão de Documentação de Suporte à Actividade do Sector da Aviação Civil	467	381	364
Emissão de Directivas de Navegabilidade	452	344	324
Emissão de Circulares Técnicas de Informação	3	11	9
Emissão de Circulares de Informação Aeronáutica	12	26	31

De referir que, no âmbito da reorganização e gestão documental do INAC, deu-se continuidade ao projecto da gestão documental, arquivo e armazenamento da documentação através de meios actuais e fiáveis para o efeito.

Complementarmente, efectuaram-se diversas reuniões para análise das soluções existentes no mercado para suporte da gestão documental e de conteúdos que respondam mais adequadamente às necessidades do Instituto, atendendo aos procedimentos existentes, planeados e condicionalismos legais nacionais e internacionais.

Neste contexto, foram reactivados os trabalhos com vista à elaboração da Portaria que suportará a definição e enquadramento dos pressupostos inerentes ao tratamento, manuseamento, arquivo e expurgo da documentação e informação.

Quanto à produção de documentação de suporte à actividade do sector, destaca-se:

N.º / Ano	Assunto	Área de Actuação
01/2006	Aeródromos: Integridade da informação	Infra-estruturas e Navegação Aérea / Operações
02/2006	Afectação de Designadores de Empresas Operadoras de Aeronaves de Serviços Aeronáuticos e Subsequente Registo Internacional na Organização da Aviação Civil Internacional	Operações
03/2006	Qualificação de STD's	Licenciamento Pessoal
04/2006	Validade dos certificados de operador aéreo (COA)	Operações
05/2006	Sobrevoos de áreas onde ocorrem incêndios florestais	Operações
06/2006	(cancelada / substituída pela CIA 31/2006)	
07/2006	Novo impresso de formulário de tráfego	Administração e Finanças / Regulação Económica
08/2006	Emissão, revalidação e alteração de licenças de técnicos de manutenção de aeronaves Part 66	Aeronavegabilidade
09/2006	Certificado de aptidão profissional (CAP) para técnico(a) de manutenção de aeronave e para mecânico(a) de aeronaves	Licenciamento Pessoal
10/2006	Testes no solo aos equipamentos TCA's e Transponders	Operações
11/2006	Certificado de Aptidão Profissional (CAP) para técnico(a) de Operações Aeroportuárias	Infra-estruturas e Navegação Aérea
12/2006	(cancelada / substituída pela CIA 18/2006)	
13/2006	Requisitos para autorização e registo das organizações de formação para pilotos não profissionais	Licenciamento Pessoal
14/2006	Certificados de aptidão Profissional (CAP) para: - Técnico(a) de Tráfego de Assistência em escala - Passageiros; - Técnico(a) de Tráfego de Assistência em escala - Placa, carga e correio; - Técnico(a) de Tráfego de Assistência em escala - Placa; - Técnico(a) de Tráfego de Assistência em escala - Carga e correio; - Operador de Assistência em escala	Licenciamento Empresas
15/2006	Requisitos para aceder à actividade de formação de "Agente de Informação de Tráfego de Aeródromo" (AITA)	Infra-estruturas e Navegação Aérea
16/2006	Índice das circulares de informação aeronáutica CIA (Série Nacional) – Em vigor	
17/2006	Índice das circulares de informação aeronáutica CIA (Série Nacional) – Em vigor	
18/2006	Adopção da emenda 11 ao JAA JAR OPS1, datada de 01 de Agosto de 2006 e da emenda 3 ao JAA JAR OPS 3, datada de 01 de Abril de 2004	Operações
19/2006	Emissão, revalidação e alteração de licenças de técnicos de manutenção de aeronaves Part 66	Licenciamento Pessoal
20/2006	JAR-MMEL/MEL (Minimum Equipment List) JAR-AWO (All Weather Operations)	Operações
21/2006	Elegibilidade e competência para a operação prolongada de aeronaves bimotoras (ETOPS)	Operações
22/2006	Emissor de Localização de Emergência (ELT)	Operações
23/2006	Índice das circulares de informação Aeronáutica CIA (Série Nacional) - Em vigor	
24/2006	Certificado de Aptidão Profissional (CAP) para Técnico(a) de Socorros e Emergências de Aeródromo e para Operador(a) de Socorros e Emergências de Aeródromo	Infra-estruturas e Navegação Aérea
25/2006	(cancelada / substituída pela CIA 27/2006)	
26/2006	Condições de candidatura à prova global ATPL(A)	Licenciamento Pessoal
27/2006	Caderneta de Voo - Registo de tempo de Voos	Licenciamento Pessoal
28/2006	Cadernetas de Voo - Ultraleves	Licenciamento Pessoal
29/2006	Certificação de prestadores de serviços integrados de tráfego aéreo, de informação aeronáutica e de comunicação, navegação e vigilância.	Infra-estruturas e Navegação Aérea
30/2006	Manual do piloto civil, emendas ao manual do piloto civil, NOTAMS da série nacional e circulares de informação aeronáutica.	Operações
31/2006	Notificação de acidentes e incidentes com aeronaves, de incidentes de tráfego aéreo e de colisão de aves com aeronaves	Operações

## 2.12 Comunicação e Imagem

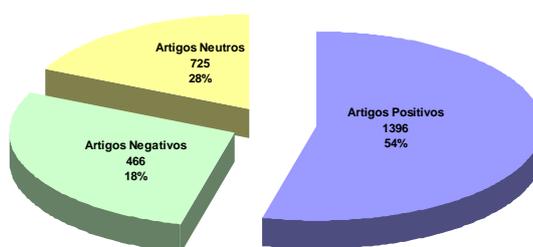
Nos últimos anos, o INAC tem efectuado um esforço no intuito de melhorar a sua imagem institucional, com o objectivo de aumentar a sua notoriedade em termos públicos, e sobretudo no relacionamento com os seus clientes/utentes, pretendendo-se desta forma conseguir uma imagem forte e uma presença no Sector da Aviação Civil prestigiada, responsável, coerente, rigorosa e transparente.

No domínio do relacionamento com o público em geral, foi aumentada a intervenção na área da assessoria de imprensa e a manutenção da presença publicitária nos Órgãos de Comunicação Social seleccionados.

Evolução das Actividades	2004	2005	2006
Menção ao INAC em notícias nos media			
Imprensa	872	736	978
Rádio	35	71	126
TV	110	68	147

Concluimos que o INAC teve uma forte presença nos órgãos de comunicação social, principalmente junto da Imprensa.

Comparativamente com os anos anteriores, 2006 foi dos anos em que mais vezes o INAC foi referido, e também aquele em que as notícias favoráveis se manifestaram com maior evidência. Já no ano de 2004 verifica-se uma maior incidência de artigos desfavoráveis ao Instituto.



As notícias publicadas que não contribuíram positivamente para a imagem do Instituto, exigiram um esforço no sentido de as esclarecer e/ou rectificar, de forma a recuperar a boa imagem do INAC. Este esforço pode avaliar-se de forma positiva, uma vez que a percentagem de artigos menos positivos tem vindo a diminuir, contrastando com a crescente divulgação de artigos positivos.

	2004	2005	2006
Nº de visitantes	112.064	226.967	341.216
Média de visitantes por dia	402	622	935
Média de tempo dispendido	7:07	4:57	2:48
Média de páginas por visitante	3	2	2
Total de downloads efectuados	109 mil	222 mil	300 mil

No ano de 2006, por constrangimentos diversos, não foi possível melhorar a presença do INAC na Internet, com consequências negativas ao nível da navegabilidade e actualização dos conteúdos, repercutindo-se num crescente desinteresse dos nossos públicos - alvo, segmentados por origem geográfica, situação que se pretende inverter a curto prazo.

Não obstante, conclui-se que desde 2004 a totalidade de consultas ao site tem vindo a crescer substancialmente, tendo-se registado em 2006 aproximadamente 341 mil visitas, o que quase triplicou o número de visitantes face a 2004. Todavia, apesar de se verificar um aumento no crescimento do número de visitantes ao longo destes anos, nota-se um decréscimo do tempo despendido por visita.

## 2.13 Projectos Transversais

### - Infra-estruturas Tecnológicas

No âmbito das Infra-estruturas Tecnológicas, foram efectuados diversos diagnósticos sobre a situação informática do INAC, designadamente no que diz respeito aos diversos serviços que são prestados em regime de *outsourcing* e segurança informática.

Complementarmente, em 2006 efectuaram-se diversos desenvolvimentos e implementações nesta área com o objectivo de reforçar a segurança e operacionalidade dos meios tecnológicos do INAC, dos quais se destacam:

- Migração do sistema de segurança ISA2000 para ISA2004;
- Instalação, configuração e implementação do sistema central de gestão, para automatização de *backups* e protecção de dados;
- Desenvolvimento do projecto de informatização do Edifício Santa Cruz;
- Reestruturação do sistema de controlo de acessos, privilégios de administração, uso dos meios tecnológicos disponíveis e segurança de informação;
- No âmbito do Programa de Investimento "Rede Informática do INAC e Tecnologias Associadas", procedeu-se à requalificação e renovação de diverso equipamento informático existente.

No âmbito da actividade de gestão das infra-estruturas tecnológicas, destaca-se o facto de o INAC continuar a não ser autónomo nos aspectos fundamentais da sua estrutura informática, atendendo a que não dispõe de recursos humanos técnicos qualificados, mínimos, para garantir uma correcta gestão da infra-estrutura de todo um sistema informático do organismo dotado de diversas tecnologias, composto por 400 equipamentos onde operam diariamente cerca de 250 utilizadores.

Neste contexto, houve a necessidade de se manter, em 2006, o recurso a *outsourcing* em funções de intervenção distintas nesta área.

#### - *Atendimento Geral / SINAC*

Este projecto enquadra-se no âmbito da informatização do Atendimento Geral – Governo Electrónico, o qual foi iniciado no decorrer do ano de 2003, constituindo um projecto de modernização administrativa de características estruturantes pela manifesta necessidade de alteração da relação entre o INAC e os seus clientes/utentes, com o objectivo de criar um sistema de informação integrado de suporte às áreas técnicas.

Em 2006, concluída que foi a primeira fase das três que estão subjacentes ao projecto, houve a necessidade de reequacionar as prioridades relativas ao arranque do Atendimento Geral, redesenhando-se o modelo inicialmente definido.

A gestão do projecto é efectuada pelo INAC. Todavia, a definição conceptual, de requisitos e de procedimentos, bem como o desenvolvimento aplicacional inerente ao mesmo, é levado a cabo através do recurso a *outsourcing*.

#### - *Revisão / Reestruturação das Taxas e Outras Receitas do INAC*

Foi iniciado em 2006 um projecto com o objectivo de se analisar e enquadrar as taxas e outras receitas do INAC, com o propósito de se identificar prestações de serviços:

- efectuadas e não remuneradas, por ausência de suporte legal e definição dos processos de cobrança;
- com valores de cobrança desenquadrados do custo efectivo.

Com o trabalho em causa, pretende-se ainda:

- identificar taxas a suprimir face ao desenquadramento das mesmas no âmbito das actividades do Instituto;
- efectuar um *benchmarking* europeu das taxas cobradas pelo INAC face às entidades congéneres;
- simplificar e agilizar a aplicação de taxas relativas aos serviços prestados.

### 3. Recursos Humanos

O INAC, para cumprir as suas atribuições de uma forma aceitável, deve estar dotado de pessoal técnico em número adequado e devidamente formado e com a experiência requerida pelas entidades internacionais que regulam o sector, a saber: Organização de Aviação Civil Internacional (ICAO), Agência Europeia para a Segurança da Aviação (EASA), Eurocontrol e Comissão Europeia.

Os sistemas de supervisão a que o INAC está sujeito: ICAO, EASA, JAA, Eurocontrol e outras autoridades nacionais de países para os quais voam os operadores nacionais, tais como a Federal Aviation Administration (FAA - E.U.A.), consideram como ponto crítico das auditorias, a avaliação qualitativa e quantitativa dos recursos humanos do INAC.

A carência de recursos humanos, ou a sua não qualificação de acordo com os standards e recomendações internacionais, pode comprometer gravemente, nessas auditorias, todo o trabalho desenvolvido pelo INAC e pôr em causa o sistema nacional de supervisão dos operadores, organizações e pessoal aeronáutico nacionais, conduzindo à sua descredibilização internacional; situação que já ocorreu no passado, no decurso de auditorias da ICAO, JAA e FAA.

Considerando que é manifestamente impossível o recrutamento de pessoal especializado no sector da aviação civil e dada a dificuldade de contratação de recursos humanos na Administração Pública (BEP), o INAC tem recorrido a pessoal avençado para suprir as suas necessidades especiais, designadamente pilotos de linha aérea, controladores de tráfego aéreo, técnicos de manutenção de aeronaves e pessoal especializado na aviação civil.

#### 3.1 Efectivos

O INAC registou, no ano de 2006, uma diminuição do número dos seus efectivos de 219 para 202.

Conforme anteriormente exposto, existem lacunas ao nível dos recursos necessários, quer em número quer em qualificações adequadas, situação confirmada regularmente em auditorias e diagnósticos externos e internos, que apontam para um “deficit” de 60 a 80 quadros técnicos.

Evolução dos Recursos Humanos	2004	2005	2006
<b>Efectivos INAC</b>	<b>206</b>	<b>219</b>	<b>202</b>
Nomeação	6	7	7
Requisição	2	1	2
QET	93	85	84
CIT	70	86	82
Cedências	0	1	2
Avençados / Prestadores Serviço	35	39	25
<b>Grupos Profissionais</b>			
Dirigentes	39	40	44
Consultores	2	1	3
Téc. Superiores	67	78	69
Técnicos	32	37	29
Téc. Especialistas	51	49	44
Auxiliares	15	14	13

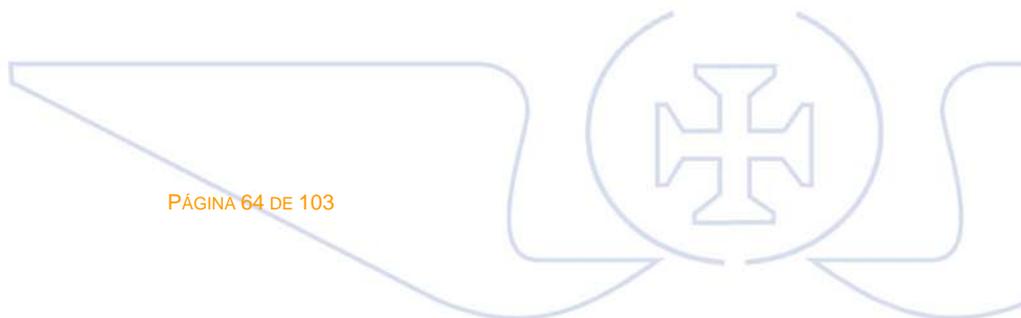
Uma política dinâmica do emprego não é concebível se não existir um fluxo regular de entradas / saídas que permita a adaptação permanente dos efectivos às necessidades da organização. Assim, com base nesta constatação, o INAC desenvolveu esforços de recrutar pessoal na Bolsa de Emprego Público (BEP).

Apesar das várias ofertas de emprego disponibilizadas, verificou-se que a maioria dos serviços não autorizavam a saída dos trabalhadores ou estes últimos não manifestaram disponibilidade imediata, alegadamente por razões relacionadas com a reestruturação da Administração Pública (PRACE), Lei da Mobilidade e Revisão do Regime de Carreiras da Administração Pública, as quais se encontram em curso e vigor.

Considerando que o quadro de pessoal do INAC ainda não está aprovado, o recrutamento de pessoal tem sido a título precário, designadamente requisição e cedência ocasional de trabalhador.

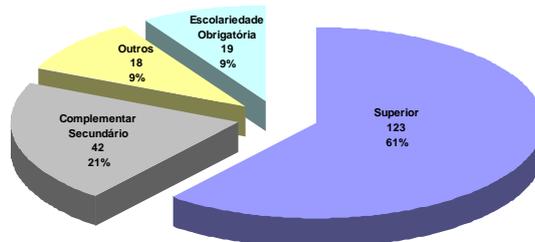
Em síntese, a evolução dos efectivos do Instituto teve subjacente a seguinte configuração:

Evolução dos Recursos Humanos	2004	2005	2006
Início do ano	200	206	219
Entradas	20	32	12
Saídas	14	19	29
Saldo de Movimentos	+6	+13	-17
<b>Total</b>	<b>206</b>	<b>219</b>	<b>202</b>



### 3.2 Qualificações

A maioria dos funcionários do INAC detém habilitações de nível superior, percentagem que revela um esforço a nível do recrutamento efectuado nos últimos anos, dado que em 2003 a percentagem se situava nos 50%.



### 3.3 Formação

Nos últimos anos, o INAC vem desenvolvendo um esforço financeiro significativo para incrementar a formação contínua dos seus trabalhadores, no sentido de reforçar a qualidade dos serviços prestados. Assim, assistiu-se entre 2004 e 2006, a uma duplicação do número médio de horas de formação por trabalhador, que ronda presentemente as 40 horas por ano.

No ano de 2006, os custos com formação profissional ascenderam a € 80.559,93, o que se traduziu na realização de um conjunto alargado de acções de formação, envolvendo 277 participações, num total de 7.571 horas de formação profissional.

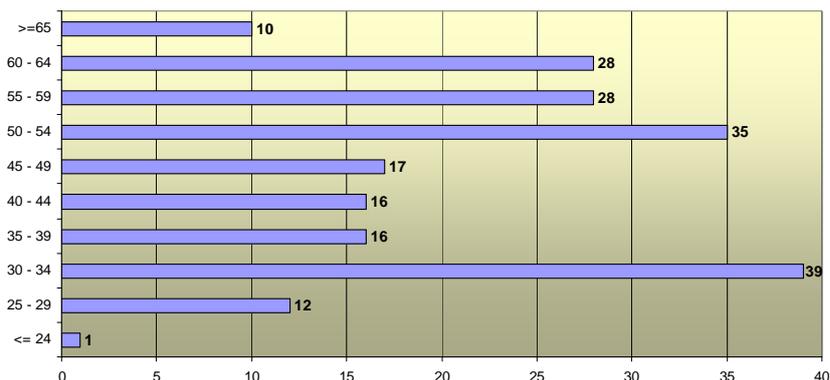
Salienta-se ainda nesta área, que em 2006 foi aprovado o Regulamento de Formação Profissional que veio estabelecer os critérios quanto à distribuição das verbas pelas unidades orgânicas e os procedimentos associados à definição e calendarização das acções de formação profissional.

Com a entrada em vigor do novo regulamento, todas as acções de formação profissional encontram-se registadas numa base de dados informática, que permite uma gestão integrada e global das acções e necessidades dos trabalhadores do Instituto.

### 3.4 Estrutura Etária

Em termos de distribuição etária, o universo de funcionários do INAC caracteriza-se por uma média de idades que ronda os 47 anos de idade.

Não obstante a idade média indicada, é de salientar que tem existido um esforço significativo para refrescamento do quadro de pessoal, apesar das limitações de recrutamento existentes, o que se reflecte no número de funcionários com idades compreendidas entre os 30 e os 34 anos.



### 3.5 Outras Actividades

No decurso do ano de 2006, foram constituídas a Comissão de Trabalhadores, Comissão de Higiene e Segurança.

Em cumprimento com o disposto na lei, os trabalhadores do INAC continuaram a efectuar os rastreios relativos à medicina de trabalho na Unidade de Cuidados de Saúde (UCS), prestação de serviços de saúde assegurada em *outsourcing*.

No âmbito da segurança, higiene e medicina no trabalho, as instalações do INAC foram objecto de inspecções para verificação das condições existentes.

Salienta-se ainda no âmbito das iniciativas dos trabalhadores levadas a cabo no decorrer do ano, a constituição do “Club INAC” com o objectivo de promover as relações de trabalho, através do desenvolvimento de acções de carácter desportivo e lazer.

#### 4. Relatório e Contas

A Conta de Gerência e demais peças finais de prestação de contas foram elaboradas tendo por base os princípios e regras inerentes ao orçamento de Estado e os princípios contabilísticos geralmente aceites definidos no Plano Oficial de Contabilidade Pública em vigor. A sua realização teve como base a continuidade das operações de acordo com os princípios contabilísticos da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade, da não compensação e da substância sobre a forma.

A análise efectuada no âmbito do Relatório de Contas incide sobre a análise à execução orçamental e às demonstrações financeiras (balanço e demonstração dos resultados) previstas no POCP.

Relativamente às demonstrações financeiras, utilizaram-se as técnicas de análise comparativa e de rácios, pese embora a última apresente condicionalismos decorrentes do facto de o INAC obter financiamento do Orçamento do Estado através do PIDDAC.

Na leitura dos comentários, em particular sobre os indicadores económicos e financeiros, deve ter-se em consideração que o INAC está integrado no sector público administrativo, o que condiciona a interpretação sobre os indicadores relacionados com a solvabilidade, endividamento e equilíbrio financeiro.

Por outro lado, a análise dos indicadores de rentabilidade terá que ser enquadrada na circunstância de que os fundos próprios são constituídos pelo património inicial e pelos resultados transitados.

Os mapas financeiros foram elaborados em Euros, excepto onde mencionado em contrário.

#### 4.1 Saldos de Gerência

A conta de gerência relativa a 31 de Dezembro de 2006 apresentou um volume global de 58.114.579,30 € e sintetiza-se no seguinte quadro de fluxos:

	(em Euros)
<b>1. Saldo da gerência anterior:</b>	
De dotações orçamentais (OE)	
De receitas próprias	20.370.064,89
De operações de tesouraria	-91.788,91
	<b>20.278.275,98</b>
<b>2. Recebimentos na gerência:</b>	
De dotações orçamentais (OE)	236.956,00
De receitas próprias	35.845.513,64
De operações de tesouraria	1753833,68
	<b>37.836.303,32</b>
<b>TOTAL</b>	<b>58.114.579,30</b>
<b>3. Pagamentos na gerência:</b>	
De dotações orçamentais (OE)	212.192,19
De receitas próprias	34.428.547,07
De operações de tesouraria	1.646.494,39
	<b>36.287.233,65</b>
<b>4. Saldo para a gerência seguinte (1+ 2 - 3):</b>	
De dotações orçamentais (OE)	24.763,81
De receitas próprias	21.787.031,46
De operações de tesouraria	15.550,38
	<b>21.827.345,65</b>
<b>TOTAL</b>	<b>58.114.579,30</b>

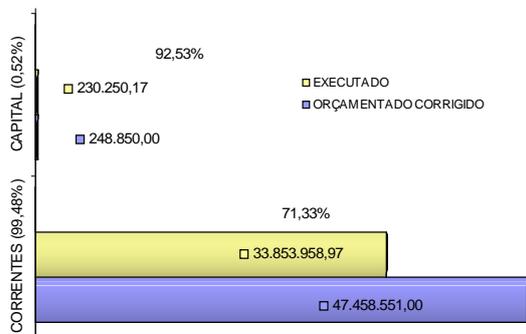
Em 31 de Dezembro de 2006, o saldo resultante da execução orçamental foi de 21.827.345,65 € (20.278.275,98 € no final do ano económico de 2005), sendo constituído por 24.763,81 € (sem saldo em 2005) de dotações orçamentais do OE, por 21.787.031,46 € (20.370.064,89 € no final de 2005) de receitas próprias e por 15.550,38 € (91.788,91 € negativos no final de 2005) provenientes de operações de Tesouraria.

#### 4.2 Execução Orçamental

##### - Execução da Despesa

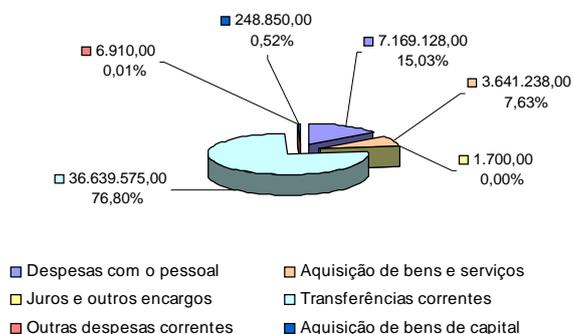
Em 31 de Dezembro de 2006, a despesa executada no orçamento 03.12.00 – Instituto Nacional de Aviação Civil totalizou 34.084.209,14 € enquanto a despesa orçamentada corrigida totalizou 47.707.401,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 71,44%.

**Despesa Executada vs Despesa Orçamentada Corrigida – 03.12.00**



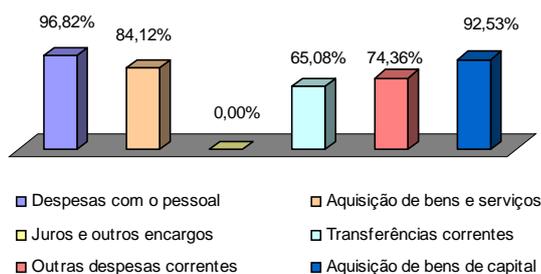
A despesa orçamentada corrigida compunha-se de 0,52% de despesas de capital e de 99,48% de despesas correntes, sendo a execução orçamental destas despesas de, respectivamente, 92,53% e 71,33%.

**Despesa Orçamentada Corrigida Por Agrupamento – 03.12.00**



Considerando as despesas orçamentadas corrigidas por sub agrupamento, constatou-se que houve uma maior preponderância das despesas com transferências correntes (76,80%).

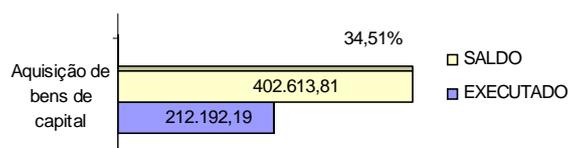
**Despesa Executada Por Agrupamento – 03.12.00**



Na despesa executada por sub agrupamento, verificaram-se graus de execução orçamental de 96,82% para as despesas com o pessoal, de 84,12% para as despesas com aquisição de bens e serviços, de 65,08% para as despesas com transferências correntes, de 74,36% para as despesas com outras despesas correntes e de 92,53 % para as despesas com aquisição de bens de capital. No sub agrupamento juros e outros encargos não houve execução orçamental.

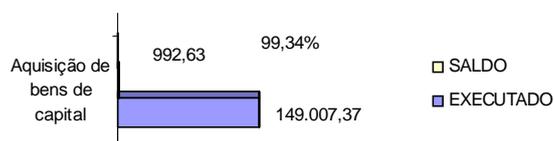
A despesa executada no orçamento 50.12.116 – Novo Edifício para a Modernização do INAC totalizou 212.192,19 €, enquanto a despesa orçamentada corrigida totalizou 614.806,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 34,51%. A despesa orçamentada compunha-se apenas por despesas de capital, nomeadamente pelo sub agrupamento de aquisição de bens de capital.

**Despesa Executada vs Despesa Orçamentada Corrigida – 50.12.116**



A despesa executada no orçamento 50.12.155 – Rede Informática do INAC e Tecnologias Associadas totalizou 149.007,37 €, enquanto a despesa orçamentada corrigida totalizou 150.000,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 99,34%. A despesa orçamentada compunha-se apenas por despesas de capital, nomeadamente pelo sub agrupamento de aquisição de bens de capital.

**Despesa Executada vs Despesa Orçamentada Corrigida – 50.12.155**

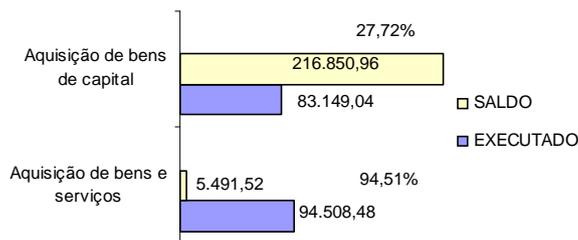


A despesa executada no orçamento 50.12.156 – Informatização do Atendimento Geral – Governo Electrónico totalizou 177.657,52 €, enquanto a despesa orçamentada corrigida totalizou 400.000,00€, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 44,41%.

A despesa orçamentada compunha-se por despesas de capital (aquisição de bens de capital) e por despesas correntes (aquisição de bens e serviços) as quais tiveram graus de execução orçamental de 27,72% e 94,51%, respectivamente.



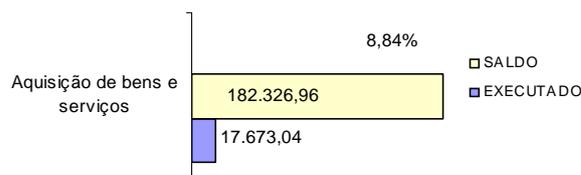
**Despesa Executada vs Despesa Orçamentada Corrigida – 50.12.156**



A despesa executada no orçamento 50.12.157 – Informatização do Arquivo Definitivo e Intermediário totalizou 17.673,04 €, enquanto a despesa orçamentada corrigida totalizou 200.000,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 8,84%.

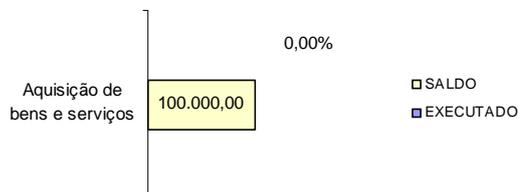
A despesa orçamentada compunha-se apenas por despesas correntes, nomeadamente pelo subagrupamento aquisição de bens e serviços.

**Despesa Executada vs Despesa Orçamentada Corrigida – 50.12.157**



A despesa orçamentada corrigida no orçamento 50.12.814 - Reengenharia do Processamento de Cobrança da Taxa de Segurança, compunha-se apenas por despesas correntes, nomeadamente pelo subagrupamento aquisição de bens e serviços e totalizou 100.000,00 €, não tendo havido execução orçamental, decorrente do facto de este projecto estar a ser desenvolvido internamente.

**Despesa Executada vs Despesa Orçamentada Corrigida – 50.12.184**



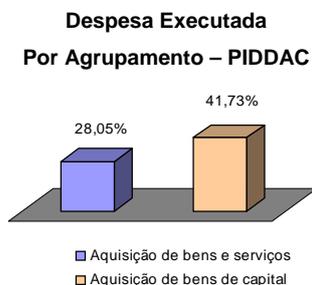
Na globalidade, a despesa executada no PIDDAC totalizou 556.530,12 €, enquanto a despesa orçamentada corrigida totalizou 1.464.806,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 37,99%.

A despesa orçamentada compunha-se por 72,69% de despesas de capital e por 27,31% de despesas correntes, sendo a execução destas despesas respectivamente, de 41,73% e 28,05%.

Considerando as despesas orçamentadas corrigidas por sub agrupamento, constatou-se que houve um maior predomínio das despesas com aquisição de bens de capital (72,69%).



Considerando a despesa executada por sub agrupamento, verificaram-se graus de execução orçamental de 28,05% para as despesas com aquisição de bens e serviços e de 41,73% para as despesas com aquisição de bens de capital.

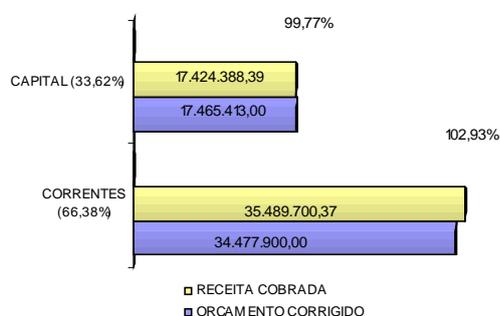


### - Execução da Receita

Em 31 de Dezembro de 2006, a receita executada no orçamento 03.12.00 – INAC totalizou 52.914.088,76 €, enquanto a receita orçamentada corrigida totalizou 51.943.313,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 101,87%.

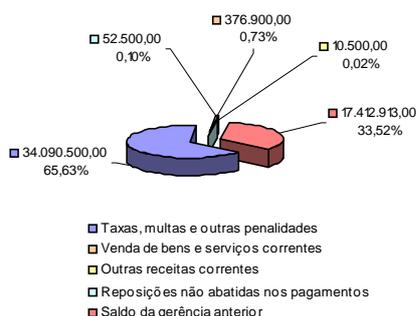
Na receita orçamentada corrigida, as receitas de capital representaram 33,62% e as receitas correntes 66,38%, sendo a execução destas receitas de 99,77% e 102,93%, respectivamente.

**Receita Corrente vs Receita de Capital – 03.12.00**



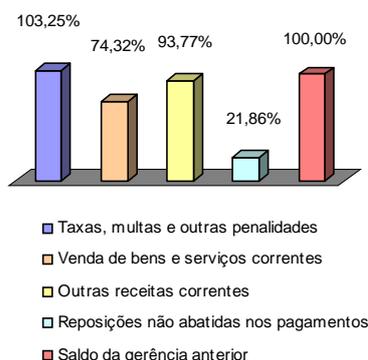
Considerando as receitas orçamentadas corrigidas por capítulo, constatou-se que houve uma maior preponderância das receitas provenientes de taxas, multas e outras penalidades (65,63%).

**Receita Orçamentada Corrigida Por Capítulo – 03.12.00**



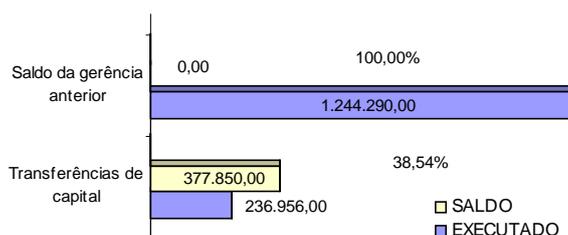
Considerando a receita executada por capítulo, verificaram-se graus de execução orçamental de 103,25% para as receitas provenientes de taxas, multas e outras penalidades, de 74,32% para as receitas provenientes de venda de bens e serviços correntes, de 93,77% para as receitas provenientes de outras receitas correntes e de 21,86% para as receitas provenientes de reposições não abatidas nos pagamentos. Verificou-se, para o saldo da gerência anterior, um grau de execução orçamental de 100,00%.

**Execução das Receitas  
Por Capítulo – 03.12.00**



A receita executada no orçamento 50.12.116 – Novo Edifício para a Modernização do INAC totalizou 1.481.246,00 €, enquanto a receita orçamentada corrigida totalizou 1.859.096,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 79,68%.

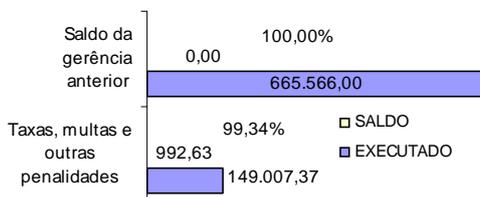
**Receita Executada vs Receita  
Orçamentada Corrigida – 50.12.116**



A receita executada no orçamento 50.12.155 – Rede Informática do INAC e Tecnologias Associadas totalizou 814.573,37 €, enquanto a receita orçamentada corrigida totalizou 815.566,00€, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 99,88%.

A receita orçamentada correspondeu a receitas correntes (taxas, multas e outras penalidades, com uma execução orçamental de 99,34%) e receitas de capital (saldo da gerência anterior, com uma execução orçamental de 100,00%).

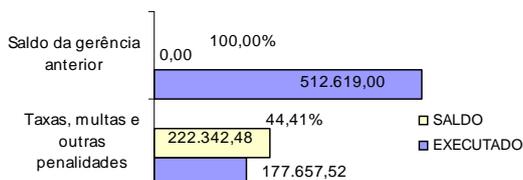
**Receita Executada vs Receita Orçamentada Corrigida – 50.12.155**



A receita executada no orçamento 50.12.156 – Informatização do Atendimento Geral – Governo Electrónico totalizou 690.276,52 €, enquanto a receita orçamentada corrigida totalizou 912.619,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 75,64%.

A receita orçamentada compreendeu receitas de capital (saldo da gerência anterior, com uma execução orçamental de 100,00%) e receitas correntes (taxas, multas e penalidades, com uma execução orçamental de 44,41%).

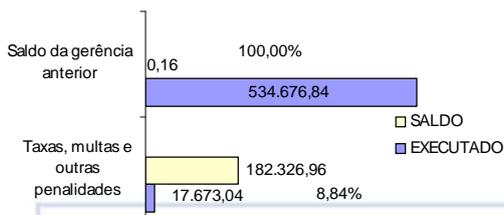
**Receita Executada vs Receita Orçamentada Corrigida – 50.12.156**



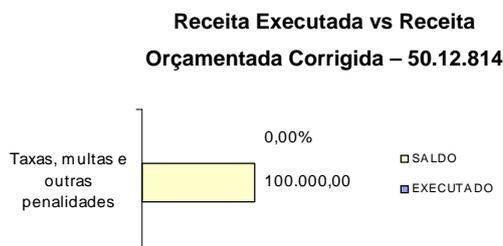
A receita executada no orçamento 50.12.157 – Informatização do Arquivo Definitivo e Intermediário totalizou 552.349,88 €, enquanto a receita orçamentada corrigida totalizou 734.677,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 75,18%.

A receita orçamentada compunha-se de receitas de capital (saldo da gerência anterior, com uma execução orçamental de 100,00%) e de receitas correntes (taxas, multas e outras penalidades, com uma execução orçamental de 8,84%).

**Receita Executada vs Receita Orçamentada Corrigida – 50.12.157**

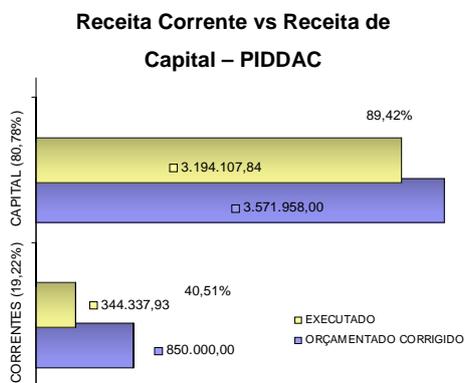


A receita orçamentada corrigida no orçamento 50.12.814 - Reengenharia do Processamento de Cobrança da Taxa de Segurança totalizou 100.000,00 € e compunha-se apenas por receitas correntes, nomeadamente, pelo capítulo taxas, multas e outras penalidades, não tendo havido execução orçamental.



Na globalidade, a receita executada no PIDDAC totalizou 3.538.445,77 €, enquanto a receita orçamentada corrigida totalizou 4.421.958,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 80,02%.

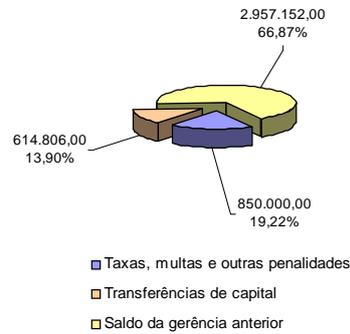
A receita orçamentada corrigida compunha-se de 80,78% de receitas de capital e de 19,22% de receitas correntes, sendo a execução destas receitas de 89,42% e 40,51%, respectivamente.



Considerando as receitas orçamentadas corrigidas por capítulo, constatou-se que houve uma maior preponderância das receitas provenientes do saldo da gerência anterior (66,87%).

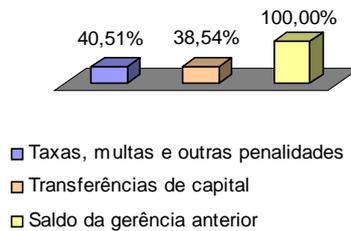


**Orçamento Corrigido  
Por Capítulo – PIDDAC**



Considerando a receita executada por capítulos, verificaram-se graus de execução orçamental de 40,51% para as receitas provenientes de taxas, multas e outras penalidades, de 38,54% para receitas provenientes de transferências de capital e de 100,00% para as receitas provenientes de saldo da gerência anterior.

**Execução das Receitas  
Por Capítulo – PIDDAC**

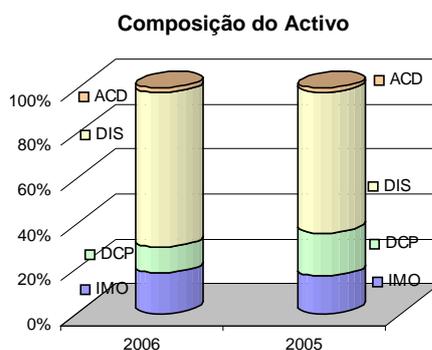


### 4.3 Análise às Demonstrações Financeiras

#### - Contas de Balanço

O activo líquido, no valor 31.756.394,73 €, é composto por imobilizado (17,83%), por dívidas de terceiros - Curto prazo (11,55%), por disponibilidades (68,73%) e por acréscimos e diferimentos do activo (1,89%).

As disponibilidades são constituídas pelo saldo em contas no Tesouro (18.363.121,01 €), pelos saldos de depósitos em instituições financeiras (3.430.393,40 €) e pelo saldo em caixa (33.831,24€). O imobilizado constitui-se por bens de domínio público (1.611.225,68 €) e por imobilizações corpóreas (4.050.653,30 €). As dívidas de terceiros — Curto prazo constituem-se por clientes, c/c (168,34 €), por utentes, c/c (1.180.850,91 €), por clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa, c/c (239.991,32 €) e por outros devedores (2.246.609,46 €).



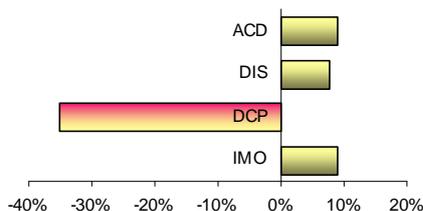
Os acréscimos e diferimentos constituem-se por acréscimos de proveitos (593.150,77 €) e por custos diferidos (6.399,30 €).

Relativamente ao exercício anterior, o activo líquido diminuiu 692.694,19 € (2,13%) o que se explica pela diminuição das dívidas de terceiros – Curto prazo (2.651.702,71 €) e pelos aumentos dos saldos da conta no Tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa (1.549.069,67 €), do imobilizado líquido (360.055,54 €) e dos acréscimos e diferimentos do activo (49.883,31 €).

Verificou-se uma diminuição do passivo (857.791,06 €) consubstanciado na diminuição nas dívidas a terceiros – curto prazo (1.255.357,73 €) e nos aumentos nos acréscimos e diferimentos (218.870,33 €) e nas provisões para riscos e encargos (178.696,34 €). Por outro lado, verificou-se um incremento nos fundos próprios (165.096,87 €).

O fundo de maneo necessário diminuiu 1.337.622,23 € (foi negativo em 9.355.548,53 € em 2005 e diminuiu para 10.693.170,76 € negativos em 2006), tendo-se verificado uma variação positiva na tesouraria de 1.380.082,65 €.

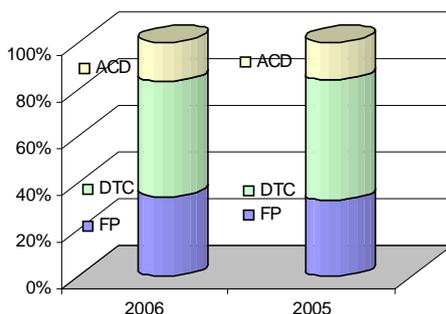
**Evolução do Activo**



Verificou-se, assim, que a tesouraria foi positiva em 17.020.813,85 € (15.640.731,20 € no exercício de 2005).

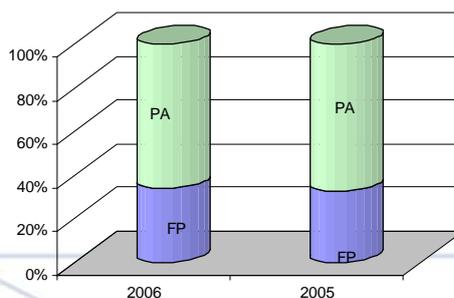
Em 31 de Dezembro de 2006, os fundos próprios representavam 33,87% do activo (32,45% no exercício de 2005), enquanto as dívidas a terceiros de curto prazo representavam 49,01% (51,56% no exercício de 2005) e os acréscimos e diferimentos representavam 17,12% (15,99% no exercício de 2005).

**Composição dos Fundos Próprios e do Passivo**



No mesmo período, os fundos próprios representavam 50,78% (48,04% no exercício de 2005) do passivo o que evidencia um aumento na solvabilidade e uma estrutura financeira caracterizada por uma razoável componente de fundos próprios.

**Estrutura de Capitais**

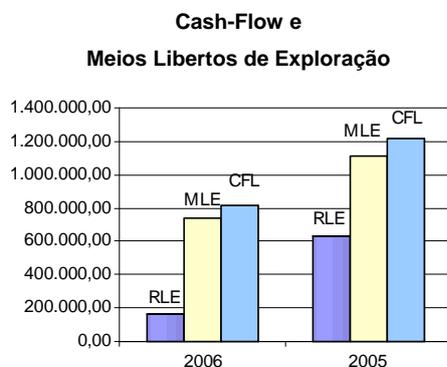


### - Contas de Resultados

Os resultados líquidos do período foram de 165.096,87 € tendo contribuído para este resultado o facto de se terem verificado resultados operacionais de 82.710,20 €, resultados financeiros negativos em 252,35 € e resultados extraordinários de 82.639,02 €

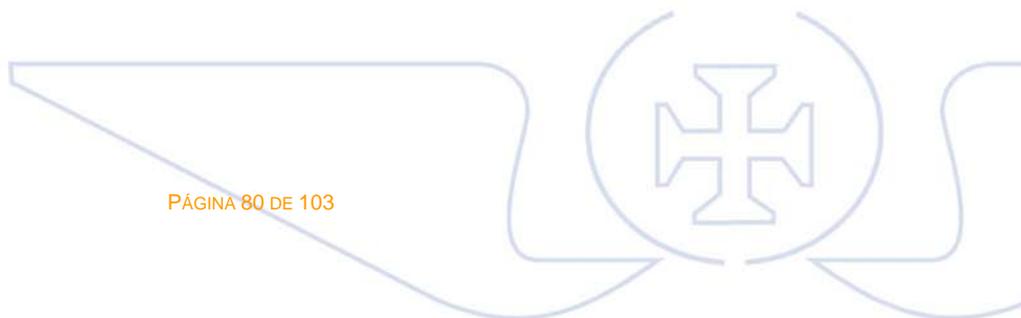
Os indicadores cash-flow e os meios libertos de exploração diminuíram em relação ao exercício anterior.

O cash-flow cifrou-se em 817.929,38 € (1.215.526,41 € no exercício anterior) e os meios libertos de exploração foram de 735.542,71 € (1.109.316,50 € no exercício anterior).



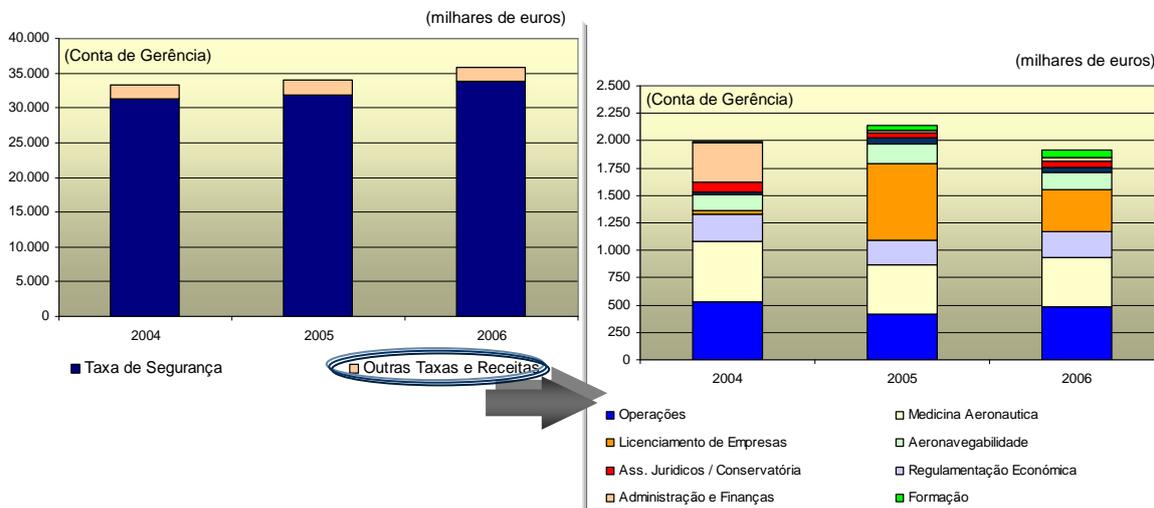
O gráfico seguinte mostra o comportamento dos vários tipos de resultados, no qual se verifica que houve uma diminuição generalizada do exercício de 2005 para o de 2006.

Ao nível da estrutura de custos merece destaque o peso significativo dos custos com o pessoal, os quais representam 62,60% do total dos proveitos.

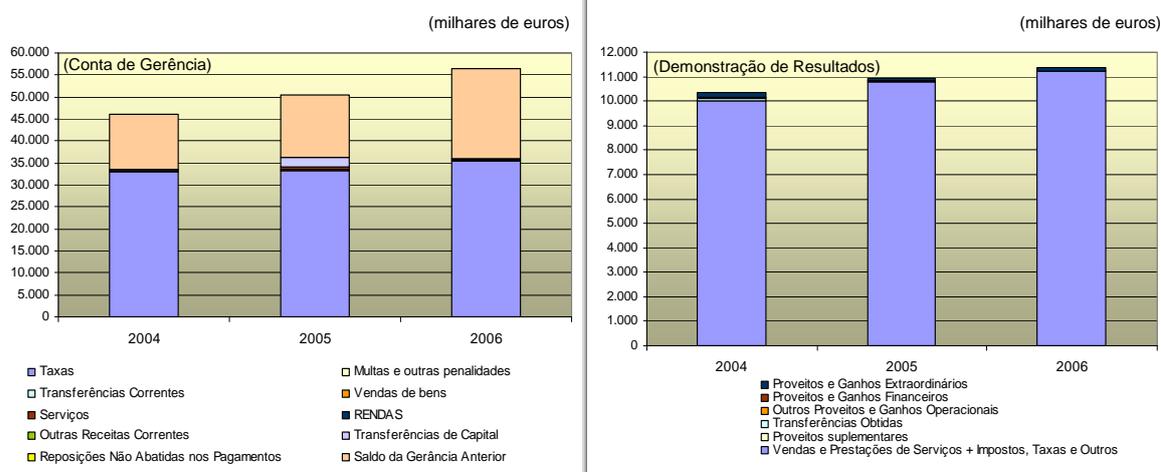


- Caracterização de Aspectos de Relevância e Síntese Evolutiva

Taxa de Segurança e Outras Taxas Operacionais



Evolução da Receita versus Proveitos



A situação económico-financeira é um reflexo das capacidades competitivas do Instituto, da forma como estas têm sido criadas e geridas internamente e percebidas externamente.

Nesta vertente a Tutela e o Ministério das Finanças têm uma importância decisiva no montante de recursos que o INAC pode afectar à sua actividade, estabelecendo que parte lhe cabe do montante das taxas aplicadas, em particular, da taxa de segurança.

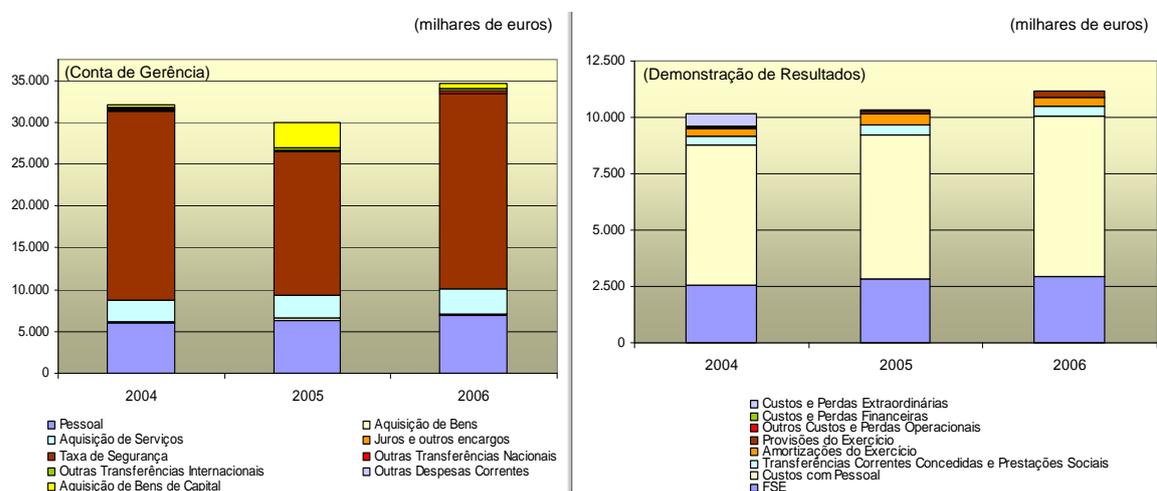
A taxa de segurança é a principal fonte de receita do INAC, representando cerca de 95% do total da receita arrecadada. Saliente-se, no entanto, que apenas 27,5% dos valores facturados com a taxa de segurança são proveitos do INAC, sendo o remanescente distribuído pelos diversos agentes responsáveis pela segurança e controlo da aviação civil.

Atendendo ao indicado, os resultados do INAC são directamente influenciados por factores exógenos, designadamente as flutuações do tráfego aéreo.

As outras taxas e receitas do Instituto são as provenientes da actividade operacional e assumem comportamentos distintos em função da respectiva natureza que lhe está associada. Conforme oportunamente exposto, designadamente no ponto 2.13 – Projectos Transversais, está em curso um projecto que visa actualizar / adequar as taxas cobradas pelo INAC tendo por base a utilização dos recursos e o investimento afecto a cada actividade, pelo que é expectável que a curto prazo o peso destas taxas assumam uma percentagem mais significativa no volume das receitas / proveitos.

Acresce que o Ministério das Finanças tem que autorizar anualmente a integração e utilização dos Saldos da Gerência, sendo que decisões não atempadas nesta matéria podem colocar restrições importantes à gestão.

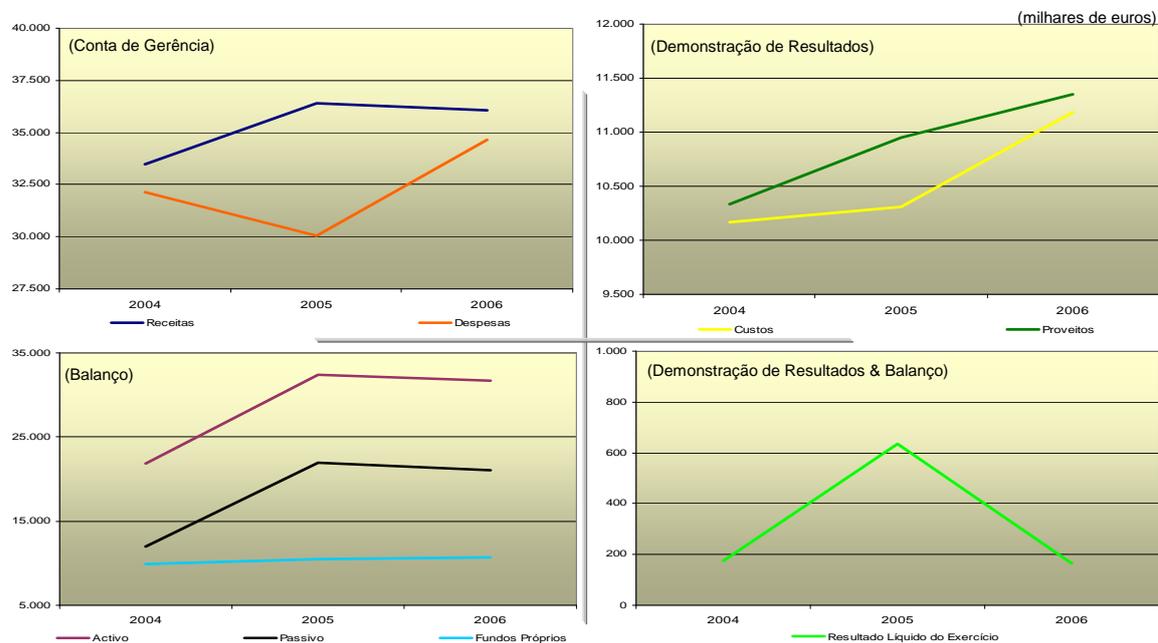
### Evolução da Despesa versus Custos



No tocante aos custos é de salientar que em 2006 o INAC efectuou o registo de uma provisão para riscos e encargos no valor de 178.696,34 €, com o objectivo de traduzir nas demonstrações financeiras os riscos inerentes a diversos processos litigiosos em curso, grande parte dos quais foram instaurados em anos anteriores, o que teve um impacto significativo nos resultados líquidos do exercício.

## Evolução da Estrutura Financeira

### - Análise Comparativa das Demonstrações Financeiras



Quanto à estrutura do Balanço, é de referir que, decorrente de diversos condicionalismos ocorridos na articulação com os beneficiários da taxa de segurança e limitações de carácter orçamental, no final do exercício de 2005 e 2006, o INAC transitou de ano com montantes significativos a regularizar, além do usual, o que se traduziu num aumento das disponibilidades e do passivo.

A situação descrita, implicou a nível orçamental uma redução da despesa face ao que seria normal, no entanto, com um maior impacto em 2005 do que em 2006, atendendo a que neste último exercício, os valores em causa foram inferiores e regularizaram-se os montantes devidos do ano anterior, o que se traduziu, em termos líquidos, a um aumento da despesa acima da actividade corrente, caso esta situação não tivesse sucedido.

O valor global das receitas cobradas variou no período de 2004 a 2006 entre 33 e 36 milhares € a que corresponderam proveitos, no período homólogo, com variação entre os 10,3 e 11,3 milhares de Euros e resultados líquidos entre 0,173 e 0,165 milhares €

Considerando a reintegração dos saldos que são pertença do Instituto, a posição financeira é equilibrada, ou seja, revela capacidade em ajustar o ritmo dos fluxos, resultantes da transformação das aplicações em disponível com o dos fluxos resultantes da transformação em exigível das origens.

## 4.4 Demonstrações Financeiras

### - Balanço

Unidade: Euros

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		2006		2005	
		AB	AP	AL	AL
	<b>IMOBILIZADO:</b>				
	<b>Bens de domínio público:</b>				
451	Terrenos e recursos naturais	751.469,58		751.469,58	751.469,58
452	Edifícios	977.024,56	157.739,33	819.285,23	834.787,55
453	Outras construções e infra-estruturas	51.062,21	10.591,34	40.470,87	41.738,79
454	Infra-estruturas e equipamentos de natureza militar				
455	Bens do património histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso				
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		<b>1.779.556,35</b>	<b>168.330,67</b>	<b>1.611.225,68</b>	<b>1.627.995,92</b>
	<b>Imobilizações incorpóreas:</b>				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
	<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
421	Terrenos e recursos naturais				
422	Edifícios e outras construções	2.792.366,58	2.908,71	2.789.457,87	
423	Equipamento básico	174.358,61	74.950,38	99.408,23	33.033,27
424	Equipamento de transporte	153.457,40	139.567,10	13.890,30	14.295,13
425	Ferramentas e utensílios	6.915,16	6.516,29	398,87	632,13
426	Equipamento administrativo	3.276.256,94	2.559.890,32	716.366,62	740.875,86
427	Jarros e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	824.924,44	815.515,14	9.409,30	28.827,84
442	Imobilizações em curso	421.722,11		421.722,11	2.856.163,29
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		<b>7.650.001,24</b>	<b>3.599.347,94</b>	<b>4.050.653,30</b>	<b>3.673.827,52</b>
	<b>Investimentos financeiros:</b>				
411	Partes de capital				
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
	<b>CIRCULANTE:</b>				
	<b>Existências:</b>				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
	<b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos</b>				
	<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo:</b>				
2811+2821	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c	168,34		168,34	71.998,07
212	Contribuintes, c/c				
213	Utentes, c/c	1.180.850,91		1.180.850,91	1.415.796,06
214	Clientes, contribuintes e utentes - Títulos a receber				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	1.355.265,51	1.115.274,19	239.991,32	185.390,70
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
26	Outros devedores	2.246.609,46		2.246.609,46	4.646.137,91
		<b>4.782.894,22</b>	<b>1.115.274,19</b>	<b>3.667.620,03</b>	<b>6.319.322,74</b>
	<b>Títulos negociáveis:</b>				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos da dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	<b>Conta no Tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa:</b>				
13	Conta no Tesouro	18.363.121,01		18.363.121,01	17.520.982,76
12	Depósitos em instituições financeiras	3.430.393,40		3.430.393,40	2.719.580,75
11	Caixa	33.831,24		33.831,24	37.712,47
		<b>21.827.345,65</b>		<b>21.827.345,65</b>	<b>20.278.275,98</b>
	<b>Acréscimos e diferimentos:</b>				
271	Acréscimos de proveitos	593.150,77		593.150,77	543.498,37
272	Custos diferidos	6.399,30		6.399,30	6.168,39
		<b>599.550,07</b>		<b>599.550,07</b>	<b>549.666,76</b>
	<b>Total de amortizações</b>		3.767.678,61		
	<b>Total de provisões</b>		1.115.274,19		
	<b>Total do activo</b>	<b>36.639.347,53</b>	<b>4.882.952,80</b>	<b>31.756.394,73</b>	<b>32.449.088,92</b>

Unidade: Euros

CÓDIGO DAS CONTAS POCP	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		2006	2005
	<b>FUNDOS PRÓPRIOS:</b>		
51	Património	8.573.803,00	8.573.803,00
55	Ajustamentos de partes em capital de empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	<b>Reservas:</b>		
571	Reservas legais		
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações		
577	Reservas decorrentes da transferência de activos		
59	Resultado dos transferidos	1.956.651,67	1.320.311,50
88	Resultado líquido do exercício	165.096,87	636.340,17
		<b>10.695.551,54</b>	<b>10.530.454,67</b>
	<b>PASSIVO:</b>		
29	Provisões para riscos e encargos	178.696,34	
		<b>178.696,34</b>	
	<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos</b>		
	<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</b>		
23 111+23 211	Empréstimos por dívida titulada		
23 112+23 212	Empréstimos por dívida não titulada		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c		
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
222	Fornecedores - Títulos a pagar		
2612	Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar		
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, alunos e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		
24	Estado e outros entes públicos	186,94	3.587,43
26	Outros credores	15.475.878,04	16.727.835,28
		<b>15.476.064,98</b>	<b>16.731.422,71</b>
	<b>Acréscimos e diferimentos:</b>		
273	Acréscimos de custos	822.094,87	750.950,65
274	Proveitos diferidos	4.583.987,00	4.436.260,89
		<b>5.406.081,87</b>	<b>5.187.211,54</b>
	<b>Total do passivo</b>	<b>21.060.843,19</b>	<b>21.918.634,25</b>
	<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>31.756.394,73</b>	<b>32.449.088,92</b>

Abreviaturas:

AB=activo bruto.  
AP=amortizações e provisões acumuladas.  
AL=activo líquido.

**- Demonstração de Resultados**

Unidade: Euros

CÓDIGO DAS CONTAS		EXERCÍCIOS			
POCP		2006		2005	
	<b>CUSTOS E PERDAS</b>				
61	<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:</b>				
	Mercadorias				
	Matérias				
62	Fornecimentos e serviços externos		2.939.061,20		2.815.236,66
	<b>Custos com o pessoal:</b>				
641+642	Remunerações	6.080.622,16		5.513.311,58	
643 a 648	Encargos sociais				
	Pensões				
	Outros	1.022.364,30	7.102.986,46	884.556,30	6.397.867,88
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais		458.827,40		471.141,57
66	Amortizações do exercício	415.234,69		462.513,88	
67	Provisões do exercício	237.597,82	652.832,51	116.672,36	579.186,24
65	Outros custos e perdas operacionais	2.827,19	2.827,19	242,23	242,23
	<b>(A)</b>		<b>11.156.534,76</b>		<b>10.263.674,58</b>
68	Custos e perdas financeiras	252,35	252,35	4.827,59	4.827,59
	<b>(C)</b>		<b>11.156.787,11</b>		<b>10.268.502,17</b>
69	Custos e perdas extraordinários	24.300,94	24.300,94	42.930,63	42.930,63
	<b>(E)</b>		<b>11.181.088,05</b>		<b>10.311.432,80</b>
88	Resultado líquido do exercício		165.096,87		636.340,17
			<b>11.346.184,92</b>		<b>10.947.772,97</b>
	<b>PROVEITOS E GANHOS</b>				
71	<b>Vendas e prestações de serviços:</b>				
	Vendas de mercadorias	9.785,73		14.317,52	
	Vendas de Produtos				
	Prestações de serviços	311.773,62	321.559,35	652.179,22	666.496,74
72	Impostos, taxas e outros	10.914.290,27		10.124.708,74	
	Vanação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares	227,94		33,99	
74	<b>Transferências e subsídios correntes obtidos:</b>				
741	Transferências - Tesouro				
742 e 743	Outras				
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	3.167,40	10.917.685,61	2.992,80	10.127.735,53
	<b>(B)</b>		<b>11.239.244,96</b>		<b>10.794.232,27</b>
78	Proveitos e ganhos financeiros				20.036,68
	<b>(D)</b>		<b>11.239.244,96</b>		<b>10.814.268,95</b>
79	Proveitos e ganhos extraordinários		106.939,96		133.504,02
	<b>(F)</b>		<b>11.346.184,92</b>		<b>10.947.772,97</b>
<b>Resumo:</b>					
	Resultados operacionais: (B)-(A) =		82.710,20		530.557,69
	Resultados financeiros (D-B)-(C-A) =		-252,35		15.209,09
	Resultados correntes (D)-(C) =		82.457,85		545.766,78
	Resultado líquido do exercício (F)-(E) =		165.096,87		636.340,17

## **- Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados**

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Instituto ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

### **8.1 – Caracterização da entidade**

#### **8.1.1 – Identificação**

INAC – Instituto Nacional de Aviação Civil  
Rua B, Edifícios 4, 5 e 6  
Aeroporto da Portela 4  
1749-034 Lisboa

O INAC é um organismo público dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeito à tutela do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

#### **8.1.2 – Legislação**

O INAC foi criado pelo Decreto-Lei n.º 133/98, de 15 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 145/2002, de 21 de Maio, tendo por finalidade supervisionar, regulamentar e inspeccionar o sector da Aviação Civil no espaço nacional e no internacional confiado à jurisdição portuguesa.

#### **8.1.3 – A estrutura organizacional**

A estrutura organizacional efectiva está esquematizada sob a forma do organograma que consta no Capítulo I - Ponto 4.

**8.1.4 – A actividade desenvolvida pelo INAC no decorrer do ano** continuou a concentrar-se, essencialmente, na supervisão e regulamentação do sector da Aviação Civil, conforme detalhe ao longo do relatório.

#### **8.1.5 – Recursos Humanos**

O Conselho de Administração do INAC (Pessoal dirigente) é constituído por um Presidente e dois vogais.

O INAC é constituído, a 31 de Dezembro de 2006, por um quadro de 202 trabalhadores, dividindo-se estes em 86 em regime de requisição, 25 em prestação de serviços, 4 em pessoal de nomeação, 3 em comissão de serviço e 84 em contrato sem termo.

No que respeita às Unidades Orgânicas, o seu número ascende a 11.

#### 8.1.6 – Organização contabilística

1. Não existe um manual de procedimentos contabilísticos organizado, no entanto foram definidos dois regulamentos, um de receita e um de despesa, que garantem a execução da contabilidade de forma rigorosa, criteriosa e isenta de erros materiais.

De relevar, no entanto, que está em curso a elaboração do manual de procedimentos da área administrativa e financeira.

2. Os livros de registo utilizados são o Diário, Razão e Balancetes do Razão, Inventário das Imobilizações, Inventário das Existências e Balanços.
3. Os documentos de suporte ao registo das operações contabilísticas estão arquivados da seguinte forma:
  - Despesas – Arquivados por processo de despesa do qual faz parte a proposta de realização de despesa, a requisição oficial, o documento comprovativo da despesa (factura ou documento equivalente), autorização de pagamento, documento comprovativo do pagamento (fotocópia do cheque e folhas de transferências bancárias) e recibo comprovativo do pagamento. Estes processos estão arquivados por ordem de pagamento separados de acordo com a classificação económica das despesas públicas.
  - Receitas – Folhas de caixa diárias com guias de receita relativas a vendas e prestação de serviços produzidas pelo sistema informático de facturação, as quais servem de apoio ao registo da liquidação das guias de cobrança e receitas. Estes documentos estão arquivados por dias. Além disso estão arquivados, por número de documento, as facturas e os recibos relativos às cobranças.
  - Outras operações – As requisições de fundos de transferências do PIDDAC estão arquivadas por número de documento. Além disso, existe um arquivo para as guias de entrega de descontos e retenções e demais documentos de suporte. Existe ainda um arquivo das restantes operações de tesouraria, tais como as entregas do IVA liquidado ou Imposto de Selo.

4. O sistema informático utilizado para a execução da contabilidade assenta em mecanismos automáticos de geração de movimentos contabilísticos. Trata-se de um sistema de gestão financeira e contabilística em que os movimentos contabilísticos patrimoniais são gerados à medida que as tarefas e as operações inerentes à execução orçamental são executadas.

Este automatismo é conseguido graças a um sistema de equivalências e ligações entre a classificação económica das despesas e das receitas públicas e os códigos de contas previstos no plano de contas do INAC.

5. Relativamente às demonstrações financeiras intercalares, o INAC elabora demonstrações financeiras mensais, sendo as mesmas utilizadas internamente para efeitos de gestão e enviadas às respectivas entidades de controlo.
6. Não existe descentralização contabilística.

#### **8.1.7 – Outra informação considerada relevante**

1. Oportunidade da informação – A informação contabilística encontra-se disponível nos serviços financeiros e na tesouraria. A informação financeira é introduzida diariamente no sistema informático de apoio à contabilidade.
2. Revisão dos registos contabilísticos – São objecto de conferências através do cruzamento da informação registada no sistema informático de apoio à contabilidade, validando-se a informação gerada pela contabilidade orçamental e com *outputs* extraídos da contabilidade patrimonial.
3. Reconciliações bancárias – As reconciliações bancárias são efectuadas semanalmente. Sempre que se verificaram diferenças, as mesmas foram averiguadas e prontamente regularizadas.

#### **8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados**

**8.2.3** – O critério utilizado na valorimetria das rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados foi o do custo de aquisição.

As amortizações do exercício foram calculadas pelo método das taxas constantes com base nas taxas previstas no CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado - aprovado pela Portaria 671/2000 – 2ª Série, publicada no Diário da República n.º 91 de 17 de Abril de 2000 e traduzem os valores proporcionais ao período da presente gerência.

**8.2.7** – Os movimentos ocorridos nas contas do activo immobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões são os que constam dos quadros em anexo à conta de gestão conforme Guia de Remessa.

**8.2.32** – A classe 5 – Fundo patrimonial é constituída pelo valor do património inicial, pelos resultados transitados e pelo resultado líquido do exercício.

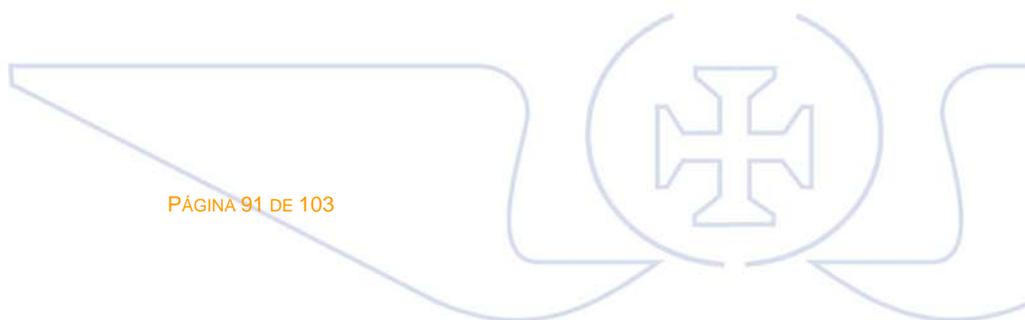
**8.2.37** – A demonstração dos resultados financeiros consta do quadro em anexo à conta de gestão conforme Guia de Remessa.

**8.2.38** – A demonstração dos resultados extraordinários consta do quadro em anexo à conta de gestão conforme Guia de Remessa.

**8.2.39** – Para melhor interpretação das demonstrações financeiras, deve ainda ter-se em consideração os seguintes pontos:

1. Seguindo a Orientação – Norma interpretativa n.º 2/2001 – Movimentação da conta 25 – Devedores e credores pela execução do orçamento do POCP, as dívidas de e a terceiros não transitaram para a conta 25 – Devedores e credores pela execução do orçamento ficando registadas nas contas originárias.
2. Foram registados acréscimos de custos e de proveitos a 31 de Dezembro de 2006.
3. Relativamente à conta 271 – Acréscimos de proveitos foram registados os proveitos respeitantes a 2006 mas que apenas serão facturados em 2007, nomeadamente as taxas de segurança e outras taxas nos montantes de 569.135,88€ e 24.014,89€ respectivamente.
4. O saldo de 822.094,87 € da conta 273 – Acréscimos de custos reflecte encargos com remunerações a liquidar no ano seguinte cujos custos reportam ao presente exercício, nomeadamente o subsídio e o mês de férias. Para além destes, existem ainda consumos de outros fornecimentos e serviços para os quais ainda não existem documentos de suporte mas que concorrem para o apuramento de resultados deste exercício, designadamente comunicações, vigilância e outros trabalhos especializados.
5. A conta 272 – Custos diferidos, evidencia o valor relativo à quota-parte dos custos que deverão ser reconhecidos nos exercícios seguintes, nomeadamente prémios de seguros cujo período de vigência supera o presente exercício.

6. O saldo da conta 274 – Proveitos diferidos evidencia os proveitos resultantes de transferências do Orçamento do Estado (PIDDAC) considerados subsídios ao investimento no valor de 4.396.360,93 €, os quais foram utilizados na aquisição de activos e ainda o montante de 187.626,07 € referente a verbas ainda não aplicadas nesta gerência, transitando como saldo de gerência.
7. A 31 de Dezembro reconheceram-se proveitos extraordinários no montante 86.936,74 € respeitante às amortizações dos bens que foram financiados com subsídios ao investimento e um montante de 178,73 € de redução de provisões constituídas em anos anteriores.
8. Foram registados na conta 69 – Custos extraordinários de montantes relativos a correcções efectuadas a exercícios anteriores relativas a anulações de guias de taxas emitidas em anos anteriores, restituições de valores cobrados em anos anteriores e regularizações de inventário.
9. Registaram-se na conta 67 – Provisões do exercício - os reforços de provisões de cobrança duvidosa no valor de 58.901,48 € relativas a taxas emitidas a clientes, contribuintes e utentes que se encontram na situação de cobrança duvidosa e um montante de 178.696,34 € relativo a provisões para riscos e encargos referente a processos litigiosos que decorrem em Tribunal.



## 4.5 Indicadores Económico-Financeiros

	2006	2005	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO %
<b>LIQUIDEZ E ROTAÇÕES</b>				
Liquidez geral	1,303	1,287	0,016	1,26%
Liquidez imediata	1,045	0,925	0,120	12,98%
Fundo de maneo líquido (em euros)	6.327.643,09	6.285.182,67	42.460,42	0,68%
Rotação do activo líquido	0,35	0,333	0,02	6,39%
Rotação de clientes, alunose utentes	4,431	3,954	0,48	
<b>ESTRUTURA FINANCEIRA</b>				
Endividamento	66,32%	67,55%	-	-1,23%
Autonomia financeira	33,68%	32,45%	-	1,23%
Solvalibidade	50,78%	48,04%	-	2,74%
Fundo de maneo necessário (em euros)	-10.693.170,76	-9.355.548,53	-1.337.622,23	
Tesouraria (em euros)	17.020.813,85	15.640.731,20	1.380.082,65	8,82%
<b>RENTABILIDADE E MEIOS</b>				
Rentabilidade do activo líquido	0,52%	1,96%	-	-1,44%
Rentabilidade dos fundos próprios	1,54%	6,04%	-	-4,50%
Meios libertos na exploração (em euros)	735.542,71	1.109.316,50	-373.773,79	
Cash-flow (em euros)	817.929,38	1.215.526,41	-397.597,03	
Equação de Dupont:				
Margem líquida sobre vendas	1,47%	5,90%	-	-4,43%
Rotação do activo líquido	0,35	0,333	0,02	6,39%
Multiplicador dos fundos próprios	2,97	3,08	-0,11	-3,65%

# 04

## Perspectivas Futuras



Relatório de Gestão **2006**



## IV – PERSPECTIVAS FUTURAS

Destaca-se para concluir que, caso se verifique, no decurso das avaliações efectuadas pelos organismos internacionais que regulam o sector da Aviação Civil, designadamente, ICAO, EASA, FAA, entre outros, incumprimentos dos requisitos e práticas recomendadas, poderá suceder que ao abrigo da Convenção de Chicago, não haja o reconhecimento dos certificados, licenças ou autorizações nacionais, e daí decorram limitações para as organizações nacionais que exerçam actividades no sector da Aviação Civil, podendo vir a prejudicar seriamente:

- a) Os operadores aéreos nacionais, decorrente das suas operações internacionais poderem ser limitadas pelos outros Estados ou interditas;
- b) As organizações de manutenção, podendo a formação, nomeadamente da TAP e das OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal S.A., não terem os seus certificados reconhecidos e conseqüentemente perderem os seus clientes estrangeiros;
- c) Os cidadãos nacionais titulares de licenças, por estas não serem internacionalmente reconhecidas.

Em suma, a credibilidade da indústria aeronáutica nacional e o seu desenvolvimento passam, cada vez mais, pela credibilidade da autoridade aeronáutica nacional e esta depende, de uma forma determinante, dos seus recursos humanos, materiais e financeiros.

Quanto às perspectivas futuras do INAC, no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e dos objectivos do Programa do Governo, no tocante à melhoria da qualidade dos serviços públicos, em 2007, será consagrada uma nova Lei Orgânica e respectivos Estatutos para o INAC, cuja importância visa reforçar e clarificar o posicionamento, competências e atribuições do Instituto como Entidade Reguladora do Sector da Aviação Civil.

No âmbito das alterações de Regulamentos Comunitários (EASA), prevê-se uma evolução no sentido de um novo enquadramento operacional das Entidades Reguladoras Nacionais.

De acordo com o exposto e entre outros aspectos, de salientar que o actual processo de Revalidação de Certificados de Navegabilidade será extinto, uma vez que a sua validade passará a ser ilimitada associada a um novo tipo de documento - ARC's (Airworthiness Review Certificate), em conformidade com o Regulamento Comunitário 2042, o qual terá uma validade anual, implicando a sua reemissão uma nova inspecção às aeronaves.

Neste contexto, prevê-se que a partir de 2008, terão de ser implementados os novos documentos – ARC's - os quais poderão vir a ser emitidos por organizações de controlo de navegabilidade, caso estas solicitem a certificação para o efeito ao INAC, nos termos do Regulamento supracitado.

Apesar das alterações previstas, a adopção dos procedimentos identificados não implica uma redução da intervenção da actividade do INAC, antes pelo contrário, uma vez que este novo sistema implica um reforço da supervisão dessas organizações, bem como o estabelecimento de um plano de inspecções *ad hoc* das respectivas aeronaves.

No futuro, em 2007 e possivelmente em 2008, assistir-se-á à transição de funções de regulação para a EASA em outras áreas, respectivamente, a aprovação das condições de voo e limitações para emissão de licenças provisórias e licenças de voo, sempre que a sua emissão esteja relacionada com a segurança do projecto, e, nas áreas de Licenciamento de Pessoal e Formação (pilotos, Flight Engineers), como também as organizações de formação de pilotos e licenciamento de pilotos. Situação análoga se verificará na área de Operações, relativamente às regras de Certificação de Operadores de Transporte e Trabalho Aéreo (titulares de COA's e COTA's), não obstante a supervisão e certificação nacional se manter no INAC.

Prevê-se ainda que a partir de 2010 ocorram também desenvolvimentos na transição de actividade de infra-estruturas e navegação aérea para a EASA.

Embora estas questões permaneçam na esfera nacional, este sistema traz maiores responsabilidades, uma vez que a comissão estabelece as regras, o INAC tem que as fazer cumprir e é inspeccionado regularmente, de acordo com o Regulamento 736/2006, de 16 de Maio, para verificação do cumprimento das disposições legais europeias aplicáveis, sendo que o incumprimento desta regulamentação tem como consequência o processo normal sancionatório nos termos anteriormente expostos.

No âmbito das alterações previstas relativas à organização do sector, é ainda de referir, o Céu Único Europeu, o qual visa a criação de uma única região de voo europeu configurada em vários blocos de espaço aéreo funcionais, dimensionado segundo critérios de segurança e funcionalidade, que provavelmente não coincidirão com as fronteiras nacionais, processo este em que o INAC pretende também ter uma participação activa e ser um dos agentes de mudança.

Por fim, é de destacar, decorrente da Presidência Portuguesa da União Europeia, prevista para o 2.º semestre de 2007, a participação na preparação dos trabalhos a desenvolver, especificamente nos relacionados com a organização do sector da aviação.

Neste contexto e em síntese, no futuro, o INAC espera alargar a sua capacidade interventiva no espaço regulatório nacional e internacional, aumentando a sua participação e capacidade de resposta.

Em termos nacionais e no âmbito das atribuições que lhe estão conferidas enquanto autoridade nacional, é objectivo continuar a desenvolver condições que permitam a dinamização do sector; uma resposta rápida às solicitações, o reforço da supervisão e controlo do sector e uma maior articulação com os agentes do sector e outras entidades públicas e privadas.

Numa perspectiva internacional, pretende-se aumentar a notoriedade e reconhecimento do INAC a nível internacional, por via da participação mais activa do mesmo nas actividades internacionais do Sector da Aviação, designadamente através do incremento na participação de reuniões, eventos internacionais e integração de equipas multinacionais de auditorias e inspecções.

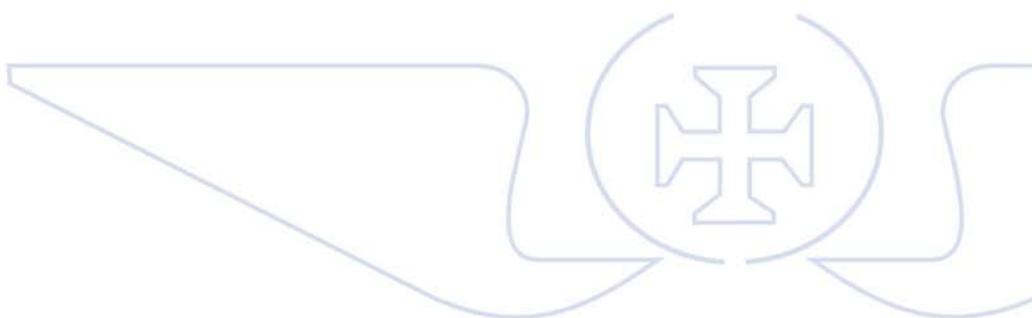
Com este desígnio, pretende-se obter valor acrescentado por via do acompanhamento e envolvimento nos processos de mudança a nível internacional, bem como ter-se contacto com as boas práticas existentes e uma formação acrescida dos técnicos do INAC.

# 05

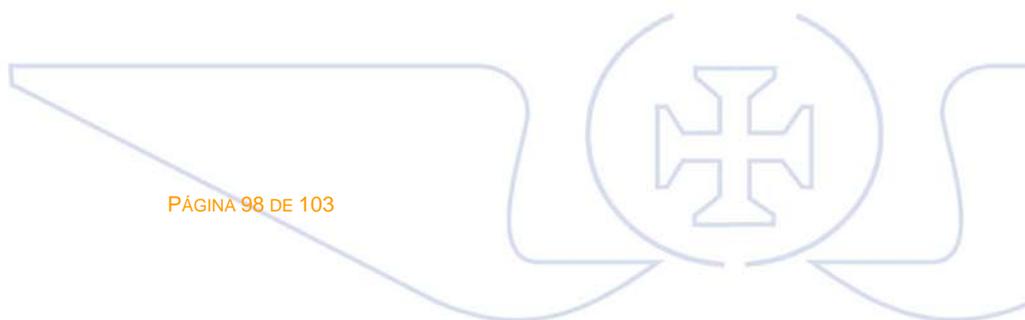
## Parecer do Conselho Fiscal



Relatório de Gestão **2006**



V – PARECER DO CONSELHO FISCAL



# 06

## Glossário

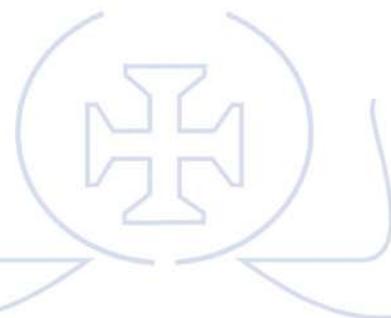


Relatório de Gestão **2006**



## VI – GLOSSÁRIO

<b>AIP</b>	Aeronautical Information Publication
<b>AIS</b>	Serviço de Informação Aérea
<b>APPLA</b>	Associação dos Pilotos Portugueses de Linha Aérea
<b>AMC</b>	Centro de Medicina Aeronáutica
<b>AME</b>	Examinador Médico Autorizado
<b>ANT</b>	Air Navigation Team
<b>APAVT</b>	Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo
<b>ASMA</b>	Aerospace Medical Association
<b>ATS</b>	Serviço de Tráfego Aéreo
<b>AWO</b>	All Weather Operations
<b>AWO-LVO</b>	Operações de Baixa Visibilidade
<b>BEP</b>	Bolsa de Emprego Público
<b>CAP</b>	Certificado de Aptidão Profissional
<b>CNEFF</b>	Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais
<b>CNS</b>	Sistema de Comunicação Navegação e Vigilância
<b>COA</b>	Certificado de Operador Aéreo
<b>COTA</b>	Certificado de Operador de Trabalho Aéreo
<b>DOA</b>	Design Organization Approval
<b>EANPG</b>	European Air Navigation Planning Group
<b>EASA</b>	European Aviation Safety Agency
<b>EASA/AGNA</b>	European Aviation Safety Agency - Advisory Group of National Authorities
<b>ECAC</b>	European Civil Aviation Conference (CEAC)
<b>ELTs</b>	Emergency Locator Transmitters
<b>ESARR's</b>	European Safety Regulatory Requirements
<b>ESP</b>	European Safety Programme
<b>ETOPS</b>	Extended Twin Range Operations
<b>ETSO</b>	Componentes
<b>EUROCONTROL</b>	European Organisation for the Safety of Air Navigation
<b>FAA</b>	Federal Aviation Administration
<b>FAP</b>	Força Aérea Portuguesa
<b>FBCF</b>	Formação Bruta Capital Fixo
<b>FTO</b>	Flight Training Organisation
<b>FSTD</b>	Full Flight Simulator



<b>GAERE</b>	Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Externas
<b>GASR</b>	Group of Aerodromes Safety Regulators
<b>GPIAA</b>	Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves
<b>IASA</b>	International Aviation Safety Assessment
<b>IATA</b>	International Air Transport Association
<b>ICAO</b>	Internacional Civil Aviation Organization
<b>IGeoE</b>	Instituto Geográfico do Exercito
<b>IM</b>	Instituto de Meteorologia
<b>JAA</b>	Joint Aviation Authority
<b>LCIP</b>	Local Converge and Implementation Plan
<b>MCAHDR</b>	Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e desenvolvimento Regional
<b>MOPTC</b>	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicação
<b>MTO</b>	Organização de Manutenção de Aeronaves
<b>NAV</b>	Empresa de Navegação Aérea, EPE
<b>NOTAM</b>	Notice to Airmen
<b>OGMA</b>	Oficinas Gerais de Manutenção Aeronáutica
<b>OOV</b>	Oficial de Operações de Voo
<b>OSEA</b>	Operador de Socorros e Emergência de Aeródromos
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PB</b>	Piloto Balões
<b>PCA</b>	Piloto Comercial de Aeronaves
<b>PCH</b>	Piloto Comercial de Helicópteros
<b>PDM</b>	Plano Director Municipal
<b>PEA</b>	Plano de Emergência de Aeródromos
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PLAA</b>	Piloto de Linha Aérea de Aeronaves
<b>PLAH</b>	Piloto de Linha Aérea de Helicópteros.
<b>POA</b>	Production Organisation Approval
<b>PP</b>	Piloto Planadores
<b>PPA</b>	Piloto Particular de Aeronaves
<b>PPH</b>	Piloto Particular de Helicópteros
<b>PSAR</b>	Programa de Segurança de Agente Reconhecido
<b>PSEA</b>	Programa de Segurança de Empresa Aérea
<b>RAN</b>	Registo Aeronáutico Nacional
<b>RF</b>	Registered Facility



<b>RVSM</b>	Reduced Vertical Separation
<b>RVSM</b>	Reduced Vertical Separation Minimum
<b>SAFA</b>	Safety Assessment of Foreign Aircraft
<b>SEAC</b>	Sistema de Exames Assistidos por Computador
<b>SESAR</b>	Single European Sky ATM Research
<b>SEIS</b>	Single European Sky Implementation Support
<b>SOAP</b>	Safety Oversight Audit Program
<b>SPG</b>	Strategy Planning Group
<b>SRC</b>	Safety Regulation Commission
<b>SSAP</b>	Strategic Safety Action Plan
<b>SSR</b>	Secondary Surveillance Radar
<b>STD</b>	Systemic Training Devices
<b>TMA</b>	Técnico de Manutenção Aeronáutico
<b>TRTO</b>	Type Rating Training Organization
<b>TV</b>	Técnico de Voo
<b>UE</b>	União Europeia
<b>ULM</b>	Ultraleve com Motor
<b>VFR</b>	Visual Flight Rules





INAC

Instituto Nacional de Aviação Civil